

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE**

***DISCLOSURE DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE
AUDITORIA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DAS
CARACTERÍSTICAS, DIVERSIDADE E INTERLIGAÇÕES***

Mestrando: Eder José Guzzo
Orientador: José Alonso Borba, Dr.

**Florianópolis
2014**

Eder José Guzzo

***DISCLOSURE DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE
AUDITORIA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DAS
CARACTERÍSTICAS, DIVERSIDADE E INTERLIGAÇÕES***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Contabilidade.

Orientador: José Alonso Borba, Dr.

**Florianópolis
2014**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Guzzo, Eder José

DISCLOSURE DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA:
ANÁLISE SOB A ÓTICA DAS CARACTERÍSTICAS, DIVERSIDADE E
INTERLIGAÇÕES / Eder José Guzzo ; orientador, José Alonso
Borba, Dr. - Florianópolis, SC, 2014.
128 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Contabilidade.

Inclui referências

1. Contabilidade. 2. Comitê de Auditoria. 3. Formulário
de Referência. 4. Características. 5. Interligações. I.
Borba, Dr., José Alonso . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.
III. Título.

Eder José Guzzo

***DISCLOSURE DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE
AUDITORIA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DAS
CARACTERÍSTICAS, DIVERSIDADE E INTERLIGAÇÕES***

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de mestre em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, em sua forma final, em 15 de agosto de 2014.

Prof. José Alonso Borba, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

Prof. José Alonso Borba, Dr.
Orientador

Apresentada a comissão examinadora composta pelos professores:

Prof. Paulo Roberto da Cunha, Dr.
Universidade Regional de Blumenau

Prof. Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Luiz Alberton, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

A minha família.

AGRADECIMENTOS

“Devemos agradecer às pessoas que nos fazem felizes...” (Marcel Proust). Seguindo essa linha de raciocínio agradeço em primeiro lugar a Deus que me deu condições para que eu chegasse até aqui, com uma família que me incentiva, apoia em minhas decisões e que sempre mostrou o valor do respeito, dos princípios e do estudo para que pudesse me tornar um homem de bem. Por isso, Erotides e Maria, agradeço-os do fundo do coração por tudo que me ensinaram, pelos momentos que me ajudaram seja com um silêncio para que eu pudesse estudar, com o carinho ou com uma boa conversa para me distrair nos momentos que eu estava cansado. Agradeço também a minha irmã e ao meu cunhado que também me apoiaram e até me ajudaram em um momento bastante delicado nesse processo de finalização da dissertação.

Também agradeço a minha noiva, Morgana, que apareceu em minha vida no meio desse processo de aprendizagem e incentivou com palavras de motivação, além de suportar as frustrações da ausência e atentar para alguns detalhes do meu trabalho. Aos meus amigos de longa data, Jaqueline e Estevam, que souberam entender minhas ausências e ao meu sogro e minha sogra, Maurício e Margareth, por também me incentivarem na conclusão do mestrado e por disponibilizarem um espaço tranquilo em Florianópolis nas vezes em que precisei.

Também quero aproveitar para agradecer ao meu orientador, professor José Alonso Borba, que confiou em mim desde o começo já no momento da seleção do Mestrado e exigiu sempre mais para que eu pudesse amadurecer e adquirir mais conhecimento, o que me resultou em experiência para a vida acadêmica e profissional. Neste processo de aprendizagem não poderia deixar de fora o meu agradecimento aos professores membros da banca Paulo Roberto da Cunha, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente e Luiz Alberton por indicarem os caminhos para que essa pesquisa fosse realizada.

Também agradeço aos professores do PPGC da UFSC. E ao professor Luiz Felipe Ferreira, pela possibilidade do acompanhamento da disciplina de Planejamento Tributário. Ao Núcleo de Estudos em Contabilidade e Controladoria (NECC/UFSC) e aos meus colegas e amigos de mestrado, em especial: Ricardo, Hugo, Marcelo, Maurício, Liliam e Fernando. E um agradecimento especial ao meu diretor na empresa Kemin, Valdir Lucatelli, que também compreendeu minhas ausências ao trabalho para que pudesse concluir minha dissertação.

*"to have success is 90% transpiration
and 10% inspiration" (Albert
Einstein).*

RESUMO

O objeto do presente estudo é o Comitê de Auditoria, cujo objetivo é identificar características e interligações com outros tipos de comitês e conselhos. Para isso, foram analisados 132 Formulários de Referência do ano de 2014, de empresas listadas na BM&FBovespa do segmento Novo Mercado. Os formulários tiveram a captura integral dos itens e subitens: *i)* 12.6 / 8 “composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal”; e *ii)* 12.7 “composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração”. Para análise de interligações, criação de matrizes, e geração de grafos, foram utilizados os programas *UCINET 6 for Windows versão 6.519* e *NetDraw versão 2.139*. Além disso, foi utilizado, o método estatístico do coeficiente linear de *Pearson* para verificar a correlação entre o Comitê de Auditoria e todos os outros tipos de comitês e conselhos. Dentre as características abordadas foram evidenciadas a faixa etária em idade, gênero, *expertise*, tamanho, profissões e os históricos profissionais. O Comitê de Auditoria mostrou não ser apenas de auditoria, está em alguns casos, conjugado com outros tipos de comitês se tornando abrangente. Foram encontrados 155 tipos diferentes de comitês, conselhos e órgãos da administração. Todavia, alguns comitês e conselhos tiveram maior frequência do que outros. São eles: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê Financeiro, Comitê de Remuneração, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Recursos Humanos e Comitê de Ética. Também foram observados que as empresas criam comitês especializados tantos quantos forem necessários para atender as suas particularidades empresariais. Todavia, alguns possuem nomes tão peculiares que chamam a atenção, como por exemplo: Comitê de Alçadas, Comitê de Gente, Comitê de Seminovos, Comitê POCA e Comitê Supervisor do BB Japão. Foi identificado que há interligação positiva do Comitê de Auditoria com outros tipos de comitês e conselhos. Também, que integrantes do Comitê de Auditoria estão presentes em outros comitês e conselhos da própria e de outras empresas do segmento Novo Mercado.

Palavras-chave: Comitê de Auditoria. Formulário de Referência. Características. *Expertise*. Interligações.

ABSTRACT

The present work examines the Audit Committee, with the objective of identifying its characteristics and interconnections with other types of committees and boards. Towards these ends, 132 Reference Forms from companies listed in the New Market (*Novo Mercado*) segment of the São Paulo Stock Exchange (*BM&FBovespa*) concerning the 2014 reporting year were analyzed. The forms encompass the following items and sub-items: i) 12.6 / 8 “Composition and professional experience of the {company’s} Board of Directors and Tax Board, and ii) 12.7 “Composition of statutory committees as well as audit, finance, and compensation committees.” UNICET 6 for Windows® (version 6.519) and NetDraw (version 2.139)® software were employed for an analysis of interconnections between these, by way of the creation of matrices and graphs. Besides this, the Pearson linear correlation coefficient statistical method was used to substantiate the relationship between the Audit Committee and the other types of committees and boards. Among the characteristics taken into consideration, age, gender, area of expertise, board size, member profession(s), and professional backgrounds of the board members were corroborated. The Audit Committee was shown to not be limited to auditing alone as, in some cases, it operates in conjunction with other committees and thusly expands its scope. 155 different types of committees, boards, and administrative bodies were found during the study’s data collection. Notwithstanding, some committee and board types are shown with greater frequency than others making up the sample, which are as follows: the Board of Directors, Tax Board, Finance Committee, Compensation Committee, Sustainability Committee, Sustainability Committee, Human Resources Committee, and Ethics Committee. It was also noted that the companies form specialized committees in the event of a need for such so as to meet their specific business needs. Along these lines, some of these bear such peculiar names that they might draw attention, including the following examples: Ranks Committee, People Committee, Used Cars Committee, Stock Options Committee, and the Bank Brazil (*Banco do Brasil*) Japan Division Supervisory Committee. The results established that a positive interconnection exists between the Audit Board and the other types of boards and committees. Further, the participation of Audit Committee members in other committees and boards within their own, and other, companies in the New Market (*Novo Mercado*) segment was also shown.

Keywords: Audit Committee; Reference Form. Characteristics. Expertise. Interconnections.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudos sobre comitê de auditoria.....	46
Quadro 2 - Itens do FR a serem analisados	60
Quadro 3 - Legenda do coeficiente de correlação	70
Quadro 4 - Organização do comitê de auditoria abrangente	75
Quadro 5 - Cálculo do coeficiente de correlação linear de <i>Pearson</i> ...	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Seleção da amostra da pesquisa	60
Tabela 2 - Indicadores do comitê de auditoria clássico e abrangente....	76
Tabela 3 - Quantidade de integrantes no CAC.....	82
Tabela 4 - Composição faixa etária por idade do CAC e CAA.....	84
Tabela 5 - Demonstração da formação profissional	86
Tabela 6 - Demonstração de todas as formações profissionais	87
Tabela 7 - Demonstração da <i>expertise</i> do CAC	91
Tabela 8 - Demonstração da <i>expertise</i> do CAA	92
Tabela 9 - Indicador do nível de interação e esforço do grafo	98
Tabela 10 - Indicadores de interação das interligações	100
Tabela 11 - Frequência dos comitês, conselhos e órgãos da administração	104
Tabela 12 - Indicador do nível de interação e esforço do grafo	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema de governança corporativa divulgado pelo IBGC ...	40
Figura 2 - Banco de dados da amostra no programa <i>EmpresasNet v.7</i> .	59
Figura 3 - Composição do <i>check-list</i>	62
Figura 4 - Composição do banco de dados.....	65
Figura 5 - Composição da matriz dos dados <i>UCINET</i>	68
Figura 6 - Composição do grafo <i>NetDraw</i>	69
Figura 7 - Fórmula do coeficiente de correlação de Pearson	71
Figura 8 - Grafo de centralidade e densidade do CAC e CAA randômica	78
Figura 9 - Grafo de centralidade e densidade do CAC e CAA escalonada	79
Figura 10 - Interligação do CAC e o CAA.....	81
Figura 11 - Resultado da análise de gênero.....	83
Figura 12 - Gráfico das formações profissionais.....	88
Figura 13 - Resultado da <i>expertise</i> financeira do CAC e CAA.....	89
Figura 14 - Outros tipos de comitês	93
Figura 15 - Lista de comitês e conselhos com maior frequência.....	94
Figura 16 - Demonstração de outros tipos de comitês	95
Figura 17 - Grafo das interligações do comitê de auditoria e as empresas	99
Figura 18 - Composição do grafo com quatro interações.....	101
Figura 19 - Composição do grafo com três interações	102
Figura 20 - Composição do grafo com duas interações.....	103
Figura 21 - Grafo de centralidade e densidade das interligações dos comitês	105
Figura 22 - Grafo de apresentação das interligações dos comitês.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA	Comitê de Auditoria
CAA	Comitê de Auditoria Abrangente
CAC	Comitê de Auditoria Clássico
COA	Outros Comitês e Conselhos da Administração
CVM	Comissão Valores Mobiliários
DTT	<i>Deloitte Touche Tohmatsu</i>
EUA	Estados Unidos da América
EY	<i>Ernst & Young Terco</i>
FR	Formulário de Referência
GC	Governança Corporativa
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
PwC	<i>PricewaterhouseCoopers</i>
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	27
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA.....	27
1.2 OBJETIVOS	31
1.2.1 Objetivo Geral	32
1.2.2 Objetivos Específicos.....	32
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	32
1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	35
2 REVISÃO TEÓRICA	37
2.1 TEORIA DA AGÊNCIA	37
2.1.1 Conceito.....	37
2.1.2 Problemas e custos de agência.....	38
2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	39
2.2.1 Conselho de administração.....	41
2.2.2 Comitê de auditoria.....	41
2.2.3 Estudos anteriores	45
2.2.4 Conselho fiscal adaptado	52
2.2.5 Lei Sarbanes-Oxley – (SOX)	54
2.6 INTERLIGAÇÕES EM REDES DOS INTEGRANTES	55
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA.....	57
3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	57
3.3 PARAMETRIZAÇÃO E TRATAMENTO DA AMOSTRA	61
4 ESTRUTURAÇÃO DOS RESULTADOS	73
4.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO BANCO DE DADOS	73
4.2 CARACTERÍSTICAS DO COMITÊ DE AUDITORIA	74

4.3 DEMONSTRAÇÃO DA DIVERSIDADE E TIPOS DE COMITÊS	92
4.4 INTERLIGAÇÕES DOS INTEGRANTES DO COMITÊ DE AUDITORIA.	97
4.4.1 Interligação do Comitê de Auditoria com as Empresas	97
4.4.2 Interligação do Comitê de Auditoria com outros Comitês e Conselhos	104
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE I	125

1 INTRODUÇÃO

Apresentam-se a seguir a contextualização do assunto, a questão que originou a pesquisa, os objetivos que a norteiam, sua justificativa e o modo como está estruturada.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

O comitê de auditoria não é algo recente, visto que seu modelo de apoio ao conselho de administração foi emitido em meados de 1940 pela comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos – SEC (*Securities and Exchange Commission*), pelas empresas de auditoria e pela comunidade corporativa. O intuito dessa criação foi de apoiar as atividades financeiras e facilitar a compreensão entre conselheiros e executivos. Entretanto, o maior salto para estimular a cultura da criação e manutenção do comitê de auditoria se deu após grandes escândalos financeiros no início da década de 2000 em empresas americanas.

Esses casos provocaram nos investidores a insegurança nas demonstrações financeiras das empresas e ocasionaram reflexos negativos na bolsa de valores. Chen e Zhou (2007) afirmam que esses escândalos afetaram a confiança de investidores, deixando um legado de insegurança nos resultados apresentados pelas empresas. Essa situação expôs a fragilidade das auditorias externas que estavam presentes para garantir a qualidade das informações financeiras.

Tais episódios salientaram a importância de demonstrações financeiras com elevado grau de confiabilidade, isto é, elaboradas por pessoas com a devida competência na área e isenção. Singhvi, Raghunandan e Mishra (2013) demonstram que a função do comitê de auditoria é garantir que a informação financeira seja de elevada qualidade e reconhecida como verdadeira. Destacam também que pelo menos um entre os integrantes do comitê de auditoria deve ter *expertise* financeira para dirimir questões de cunho técnico, contudo orientam que todos sejam independentes dentro da corporação. Esses integrantes devem acompanhar e controlar os riscos de forma preventiva com a competência para reduzi-los ou mitigá-los.

Para Erkens e Bonner (2013) uma empresa que não tem integrante com *expertise* financeira no comitê de auditoria é prejudicada na análise técnica das demonstrações financeiras, e esse fato deve ser divulgado nos relatórios da administração.

No Brasil, o comitê de auditoria se tornou um requisito para as empresas com *American Depositary Receipts* – ADRs após a criação da Lei Sarbanes Oxley em 2002. De acordo com Louwers et al (2008, p. 75) todas as empresas com valores mobiliários concentradas na bolsa de valores norte-americana (NYSE e NASDAQ) são obrigados a constituir o comitê de auditoria.

Empresas que operam no Brasil e têm suas ações negociadas no mercado norte-americano tiveram que se adequar a essa nova regra dentro do prazo estabelecido pela SEC. Furuta e Santos (2010) lembram que a SEC determina que no Brasil as empresas que possuem ADRs podem formar comitê de auditoria ou utilizar o Conselho Fiscal Adaptado.

Contudo, a implantação do comitê ou a transformação do Conselho Fiscal para adaptá-lo às suas funções motiva a discussão sobre o assunto nas empresas e sociedade. Empresas questionam o custo *versus* benefício e a sociedade enaltece a segurança que este item dá para os números nos relatórios financeiros.

Peleias, Segreti e Costa (2009) afirmam que a implantação do comitê seguindo as recomendações dos agentes do mercado de capitais vem se baseando principalmente nos critérios de independência e efetividade. A independência, por reduzir potenciais conflitos de interesses; e a efetividade, para o melhor desempenho e *expertise* na realização das funções do comitê de auditoria.

Em suma, a BM&FBovespa, a CVM e o IBGC elaboram instruções e recomendações a fim de tornar a existência do comitê de auditoria um elemento essencial de controle nas organizações, e dessa forma, transformar o comitê de auditoria em uma referência quanto as boas práticas de governança corporativa.

O IBGC (2009), por meio do guia de orientação para melhores práticas de comitê de auditoria, orienta que na composição desse comitê a maioria dos membros ou, pelo menos, um deles deve possuir qualificações nas áreas de contabilidade, auditoria e/ou finanças (especialmente princípios contábeis, controles internos sobre demonstrações financeiras e procedimentos usuais de auditoria).

O guia de melhores práticas de governança corporativa do IBGC (2009) também recomenda a instituição do comitê de auditoria para analisar as demonstrações financeiras, promover a supervisão e a responsabilização da área financeira, garantir que a diretoria desenvolva controles internos confiáveis (que o comitê de auditoria deve entender e

monitorar adequadamente). Recomenda, ainda, que a auditoria interna desempenhe a contento a sua função e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da diretoria e da auditoria interna. Para o caso do comitê de auditoria, pelo menos um integrante deverá ter experiência comprovada na área administrativa, contábil ou de auditoria.

Nesse sentido a cartilha sobre melhores práticas de governança corporativa da CVM recomenda a criação do comitê de auditoria e assevera que este seja composto por membros com *expertise* em finanças. Através do referido documento a CVM pretende assegurar que haja a discussão detalhada das demonstrações financeiras por agentes capazes de analisá-las e que possam propor ao conselho de administração as alterações necessárias, com o intuito de refletir adequadamente a situação financeira, econômica e patrimonial da companhia (CVM, 2002, p.10).

A Instrução CVM 509/2011, criada a partir de audiências públicas, reforça a necessidade de criação do comitê de auditoria. Empresas que desejam manter a mesma firma de auditoria externa por um período de dez anos são obrigadas a compor tal comitê de auditoria. A norma ainda define que ao menos um dos integrantes de tal comitê de auditoria deve ter experiência comprovada na área financeira.

A preocupação ao atendimento dessa instrução da CVM pode ser percebida já no ano de 2012. Na página eletrônica do Valor Econômico de janeiro de 2012, a notícia destaca que a Embraer começava a formar o comitê de auditoria para atender o disposto na instrução assegurando o fortalecimento das boas práticas de governança corporativa (FALCÃO, 2012).

Mais tarde, em outubro de 2013, a TIM Participações divulgou Carta Proposta da administração para reforma do seu estatuto social. A carta propôs o reforço de sua governança corporativa com a criação do comitê de auditoria e inclusão de integrantes independentes e com *expertise* financeira (TIM PARTICIPAÇÕES, 2013).

Para alguns setores da economia brasileira a criação do comitê de auditoria foi obrigatória. A Resolução n. 3.198/2004 do Banco Central do Brasil obrigou as instituições financeiras e sociedades seguradoras a criarem o citado comitê. Neste sentido a pesquisa de Furuta e Santos (2010) reafirma que o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) exigem a criação do

comitê de auditoria pelas instituições financeiras e as sociedades seguradoras.

A busca pela existência do comitê de auditoria dentro do ambiente corporativo se deparou com a possibilidade de encontrar diversos outros tipos de comitês e conselhos, com características variadas criadas para fins específicos dentro de cada organização.

Cada empresa tem necessidades particulares e pode instituir tantos comitês especializados quantos forem necessários para que uma boa governança seja praticada. Uma vez instituídos, as práticas de governança se desenvolvem rapidamente e os comitês específicos têm a responsabilidade de acompanhar e conduzir essa evolução nas organizações (KITAGAWA; RIBEIRO, 2009; ROSSONI; MACHADO DA SILVA, 2010).

Cunha *et al* (2013) destaca que a limitação na pesquisa sobre comitê de auditoria no Brasil se deve à pequena quantidade de empresas que possuem tal comitê. O estudo revela a necessidade de se fortalecer o entendimento das características atreladas aos membros do comitê, haja vista a sua relevância nas organizações.

Aldamen *et al* (2012), por sua vez, ressalta que as características dos integrantes do comitê de auditoria são essenciais para o desempenho econômico das empresas. Comitês formados por membros com maior *expertise* financeira trazem melhores resultados do que comitês compostos por membros sem essa característica.

Naiker, Sharma e Sharma (2013) identificam em sua pesquisa que muitos comitês de auditoria apresentam integrantes com características variadas e sem *expertise* financeira. Segundo eles, esses comitês não são tão eficazes quanto os que possuem membros com formação e conhecimento em finanças.

Diante do exposto, entende-se que os comitês de auditoria podem perder parte de sua eficiência se não possuírem integrantes com *expertise* financeira, que sejam totalmente independentes, e tenham ligação com situações que afetem o cumprimento de suas funções.

Thiruvadi e Huang (2011) observam que para o comitê de auditoria ser eficaz não basta apresentar integrantes com as mais variadas formações. Eles devem utilizar integrantes com formação contábil ou financeira para que saibam desempenhar as funções do comitê corretamente.

Os resultados das pesquisas internacionais sugerem que empresas com comitê de auditoria compostos por membros com *expertise*

financeira e independência melhoram a efetividade e o desempenho, ao contrário daquelas em que tal não ocorre. Todavia, as pesquisas com empresas brasileiras relacionadas a este assunto ainda estão sendo desenvolvidas.

Estudo realizado na Nova Zelândia por Rainsbury, Malthus e Capper (2012) investiga a existência e a composição do comitê de auditoria em órgãos públicos. O resultado aponta que entre 134 órgãos analisados 81 (60%) têm comitê e o seu tamanho em média é maior do que o recomendado pelas diretrizes de governança corporativa daquele país. Os órgãos cumprem a recomendação de independência, no entanto, os integrantes em sua maioria não possuem habilidades financeiras.

Usando uma amostra do ano de 2004 a 2008 em empresas dos EUA, Liao e Hsu (2013) investigaram se a participação simultânea de diretores no comitê de auditoria e no comitê de remuneração melhora ou prejudica a governabilidade efetiva. Os resultados apontam que tal participação ocorreu em empresas com fraca governança e naquelas que não possuem recursos financeiros, e que não está associada às empresas com maior exigência de governança corporativa. Também foi observado que as empresas onde ocorre a participação simultânea de membros em ambos os comitês têm pior desempenho em lucros.

Todavia, com o avanço das ofertas públicas de ações nacionais aliado a fase de boas práticas de governança corporativa no cenário brasileiro, o comitê de auditoria vem se caracterizando como elo de segurança entre os investidores e as empresas e, de igual forma, gerando interesse por pesquisas científicas na área acadêmica.

As pesquisas são necessárias para evidenciar o modo como às empresas estão se organizando no país. Para que esta evidenciação seja possível é necessário analisar os integrantes dos comitês de auditoria e saber mais sobre eles: quem são, como se relacionam, com quem se relacionam e quais suas habilidades.

Desta forma, a partir da contextualização apresentada, surgem os questionamentos da pesquisa: *Quais as características e interligações dos integrantes do comitê de auditoria das companhias abertas do Brasil?*

1.2 OBJETIVOS

Como norte da pesquisa são apresentados nesse tópico seu objetivo geral e os específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo identificar características e interligações do Comitê de Auditoria com outros tipos de comitês e conselhos informados no Formulário de Referência das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para auxílio no alcance do objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o perfil dos integrantes do Comitê de Auditoria (profissão, histórico acadêmico e profissional, *expertise*, idade, gênero independência) e o tamanho do comitê;
- Demonstrar os tipos e diversidade de comitês e conselhos existentes;
- Mapear a interligação dos integrantes do Comitê de Auditoria a outros comitês e conselhos existentes;
- Identificar a rede de conexão das empresas por meio dos integrantes do Comitê de Auditoria.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Atualmente há diversas pesquisas internacionais quanto à composição e características do comitê de auditoria. Erkens e Bonner (2013) examinaram 1.500 empresas no período de 1999 a 2008 e evidenciaram que apesar da pressão significativa sobre as empresas para nomear peritos financeiros para o comitê, muitas são relutantes em fazê-lo.

Rainsbury, Malthus e Cappere (2012), em um levantamento na Nova Zelândia. Divulgaram que em média a composição do comitê é maior do que a recomendada pelas diretrizes de governança corporativa, e ainda assim, os integrantes em sua maioria não possuem *expertise* financeira. Por outro lado, pesquisas relacionadas ao tamanho do comitê de auditoria, como a de Aldamen *et al* (2012). Revelam que comitês de auditoria menores, compostos por membros com melhor conhecimento e

experiência financeira, são associados ao melhor desempenho econômico.

Outro ponto explorado em pesquisas, como a de Barua, Rama e Sharma (2010), é a interação da auditoria e controles internos no apoio ao comitê de auditoria. A partir de uma amostra de 181 empresas divulgada pela SEC, fizeram associação entre características e o investimento em auditoria e controles internos, e encontraram evidências que o investimento em auditoria e controles internos esta negativamente relacionada com a presença de especialistas financeiros no comitê, mas está positivamente relacionado com o número de reuniões realizadas pelo comitê.

Gendron e Bédard (2006) em uma investigação em três grandes empresas do Canadá listadas na *Toronto Stock Exchange* indica que os integrantes do comitê de auditoria que contribuem com suas experiências financeiras nas reflexões sobre os processos e atividades das reuniões do comitê desempenham um papel fundamental na eficácia e resolução de problemas.

Na pesquisa sobre a característica de independência estar relacionada com gerenciamento de resultado Klein (2002) usou uma amostra de 692 empresas de capital aberto dos EUA e concluiu que há relação negativa entre independência do comitê e o gerenciamento de resultados. Também há relação negativa entre comitê de auditoria independente e previsões anormais de resultado.

Outros estudos fazem comparações entre acréscimos de qualidade e tendências nos resultados a partir de pesquisas anteriores (Singhvi, Raghunandan e Mishra 2013; Horton, Millo e Serafeim 2012; López, Barbadillo e Aguilar 2011; Engel, Hayes e Wang 2010), porém não há um apontamento da diversidade de comitês e conselhos e se os integrantes estão interligados com outros órgãos.

Por exemplo, a pesquisa de Liao e Hsu (2013) investigou apenas o envolvimento entre membros do comitê de remuneração e comitê auditoria. Esta pesquisa pretende ir adiante com a evidenciação da diversidade de comitês e interligações das pessoas que pertencem ao comitê de auditoria e estão ligadas a outros comitês da própria empresa; bem como a possibilidade de estarem interligados a demais comitês de outras companhias.

Como diferencial, o presente estudo parte de um levantamento de todos os comitês e conselhos das empresas brasileiras do segmento novo mercado divulgados no Formulário de Referência. Isto se dá, para

possibilitar a análise das interligações entre integrantes dos comitês e conselhos.

O interesse pela busca da diversidade e interligações dos comitês e órgãos dentro das empresas é necessário para análise das influências corporativas e pessoais, razões éticas e possibilidades econômicas. Para Carcello *et al* (2011) é interessante investigar o envolvimento de membros do conselho da administração no comitê de auditoria para verificar se reduz os retornos projetados.

Há uma década, estudos encontraram influência na nomeação de membros dos comitês de auditoria através de Diretores Executivos (CEO - *Chief Executive Officer*) que são funcionários ou têm negócios e ligações familiares nas companhias (Klein, 1998; Shivdasani e Yermack, 1999). No entanto, a Lei Sarbanes Oxley a partir de 2002 proíbe influências pessoais para nomeação da composição do comitê. Ainda, segundo aponta Carcello *et al* (2011), a influência pode ser exercida através de diretores que aparecem como independentes, mas que não são independentes de fato, já que tais diretores podem obter participação no conselho. Uma maneira para que isso ocorra é através do envolvimento de diretores no processo de seleção do comitê de auditoria.

Kenue e Johnstone (2012), que realizaram um levantamento em relação às características do comitê de auditoria e fizeram uma análise sobre relatórios financeiros, concluíram que nos comitês de auditoria compostos por membros com maior expertise financeira é menos provável que aconteça distorções relevantes em suas demonstrações, em comparação com os comitês formados por membros com menor experiência.

Desde 1999, os reguladores têm tentado melhorar a transparência dos relatórios financeiros, exercendo uma pressão significativa sobre as empresas para que nomeiem especialistas financeiros para os seus comitês de auditoria. Porém, Erkens e Bonner (2013) observam que mesmo assim muitas empresas têm sido relutantes em fazê-lo, o que fez com que essas instituições fossem mais propensas a problemas com os demonstrativos financeiros.

A ascensão do Brasil no cenário financeiro mundial tem sido alvo de constantes pesquisas econômicas e acadêmicas a fim de identificar as atividades operacionais por trás dos conglomerados empresariais e observar seu comportamento organizacional e sua competitividade corporativa.

Cunha *et al* (2013) em uma amostra de 54 empresas listadas na BM&FBovespa, destaca a limitação encontrada devido a baixa quantidade de empresas que possuem comitê de auditoria. Afirmam que o tema é relevante no meio acadêmico e empresarial, pois há a necessidade de se fortalecer o entendimento das características atreladas ao comitê de auditoria. Assim, recomendam acompanhar a evidenciação destas informações no país, possibilitando futuramente uma amostra mais abrangente, admitindo-se também a inclusão de outras variáveis.

Ao visar essa perspectiva, a pesquisa se justifica por realizar um registro temporal da composição da literatura empírica sobre o comitê de auditoria e sobre as melhores práticas de governança corporativa. Também se justifica por contribuir com pesquisadores da área de finanças e gestores das organizações já que busca evidenciar a estrutura organizacional e composição dos comitês e conselhos existentes no Brasil.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Inicialmente, o trabalho apresenta a introdução para contextualizar o leitor acerca da pesquisa. A seção seguinte aborda o referencial teórico utilizado como base para a pesquisa. Este referencial aponta pesquisas que realizaram a caracterização do comitê de auditoria e fornecem argumentos de diversidade de gêneros e resultados financeiros sobre os integrantes do comitê. Aborda também, a revisão da literatura sobre a governança corporativa, sobre as instruções editadas pelos órgãos reguladores e os meios de divulgação das interligações por meio de redes.

A terceira seção trata sobre os procedimentos metodológicos utilizados na busca de referencial teórico, bem como a estruturação do levantamento, elaboração e aplicação das interligações encontradas. A quarta seção demonstra os resultados desde a construção do banco de dados, aplicação das interligações e cotejamento com a literatura.

A seção final apresenta a conclusão do estudo e sugestões para pesquisas futuras. No final do trabalho se encontram as referências para o caso de consultas e também anexos com complementação dos resultados.

2 REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda a base teórica que fundamenta este estudo, sobre os conceitos da teoria da agência, da governança corporativa, do comitê de auditoria e das redes de interligações.

2.1 TEORIA DA AGÊNCIA

A teoria da agência trata as dificuldades de relação que podem surgir entre indivíduos, que buscam interesses próprios. Rocha *et al* (2012), relata que esta teoria tem sido usada pelos acadêmicos em várias áreas do conhecimento das ciências sociais e comportamentais, entre as quais se poderiam destacar: economia, finanças, marketing, ciências políticas, psicologia, sociologia e contabilidade.

2.1.1 Conceito

Nas últimas décadas, a Teoria da Agência constituiu-se em referencial e instrumento de grande valor para o desenvolvimento do conhecimento, e está sendo amplamente investigada e estudada por meio de pesquisas empíricas, com o objetivo de validar suas hipóteses implícitas. O estado da arte desta teoria para a área de finanças começou a ter enfoque nos anos 30.

No trabalho intitulado *The Modern Corporation and Private Property*, de Berle e Means (1932), foram relacionados aspectos de propriedade e do controle das organizações. Para Almeida *et al* (2010), as bases desta teoria caracterizam a relação de agência entre um mandatário chamado de “principal” e um ou mais “agentes”, investidos de poderes para representar os interesses e tomar decisões em nome do principal.

Um problema foco de análise na teoria da agência segundo Rocha *et al* (2012), é o risco a que o principal e o agente estão submetidos, isto é, o agente pode assumir um comportamento oportunista nas suas ações ou omissões, visando aumentar sua satisfação pessoal, sem pensar no principal.

A teoria da agência, além de diagnosticar a natureza dos problemas existentes, orienta sobre mecanismos que asseguram a construção de uma relação o mais eficiente possível na solução dos problemas derivados da relação entre principal e agente. Neste caso, o

agente “comitê de auditoria” tem a necessidade de ser independente na solução de problemas ao estabelecer maior envolvimento do principal “investidores e acionistas” com o resultado.

2.1.2 Problemas e custos de agência

A partir do momento em que ocorre a separação da propriedade e o controle das organizações, surgem os chamados problemas de agência. O trabalho apresentado por Jensen e Meckling (1976), com escopo teórico sobre a teoria da agência sustenta que os problemas de agência surgem com a separação entre propriedade e controle, devido às diferenças de motivação e objetivos, alinhamento da informação e preferências de risco que existem entre os proprietários e os gestores.

O modelo de gestão corporativa no qual as empresas atualmente estão trabalhando exige bastante dos controles internos, pois conduzem para a redução de custos e de riscos de agência aos quais as empresas estão propensas a ter.

De acordo com Liao e Hsu (2013), as empresas com associações comuns – as mesmas pessoas com várias funções: sendo agentes e principais dentro da própria empresa – têm piores ganhos. Os resultados também mostram que tal fato é mais provável ocorrer em empresas com fraca governança corporativa.

O cenário de conflito entre maximizar o valor da empresa – cujo interesse é de propriedade – versus elevar os ganhos de carreira e remuneração bem como de interesses do controle profissional, levou ao estudo da teoria da agência, que tem contribuído para evidenciar os meios mais favoráveis em reduzir os conflitos de relacionamento entre o principal e o agente.

Segundo Pistor, Raiser e Gelfer (2000), a governança corporativa dentro da teoria da agência é em grande parte um conjunto de mecanismos através dos quais investidores externos protegem a si mesmos contra eventuais riscos obtidos pelos internos. A necessidade de integrar estratégia de gestão a processos e procedimentos eficientes para proteção dos envolvidos é descrito no trabalho de Malacrida e Yamamoto (2006). Segundo eles a governança surge como um processo para reduzir a distância existente entre proprietários e administração da empresa e a sociedade de maneira geral.

Entre essas abordagens, a pesquisa econômico-financeira é a que tem papel mais destacado em volume de estudos e de orientações para o

mercado de capitais. Isso ocorre porque, como apontam Fligstein e Freeland (1995), grandes corporações são controladas por executivos da área de finanças e é sob a visão desses atores que as estratégias corporativas são definidas.

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

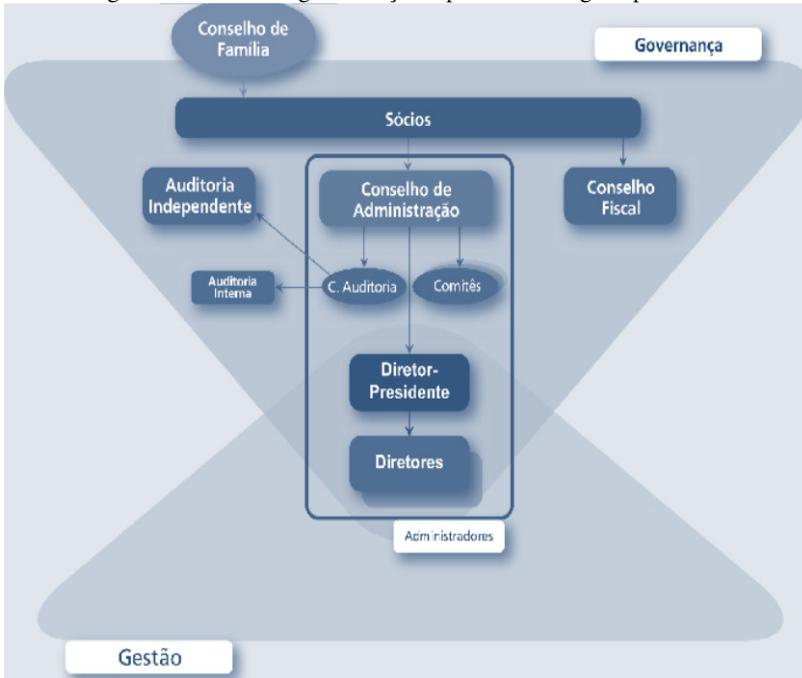
No Brasil dois órgãos se destacam na elaboração e divulgação de informações sobre práticas de governança corporativa: o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – (IBGC) e a Comissão de Valores Mobiliários – (CVM). De acordo com Salazar *et al* (2009) a CVM e o IBGC, recentemente implementaram diferentes estratégias que buscam despertar a confiança e a proteção legal aos fornecedores de capital das companhias brasileiras, sobretudo aos seus proprietários, sejam controladores ou minoritários.

Sendo assim, o IBGC (2009) define governança corporativa como sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. Neste mesmo código das melhores práticas de governança corporativa é apresentada a Figura 1 que define o sistema de governança corporativa do IBGC.

A CVM (2002, p. 1) aborda o conjunto de práticas que tem por finalidade aperfeiçoar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A análise das práticas de governança corporativa aplicada ao mercado de capitais envolve, principalmente: transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Para os investidores, a análise das práticas de governança ajuda a decisão de investimento, pois determina o nível e as formas de atuação que estes podem ter na companhia, possibilitando exercer influência no desempenho da investida. O objetivo é o aumento do valor da companhia, já que boas práticas de governança corporativa repercutem na redução de seu custo de capital, o que aumenta a viabilidade do mercado de capitais como alternativa de capitalização. A CVM procurou adaptar alguns conceitos de governança corporativa internacional às características próprias da realidade brasileira.

Figura 1 - Sistema de governança corporativa divulgado pelo IBGC



Fonte: Código de melhores práticas de governança corporativa – IBGC (2009).

O mercado de capitais brasileiro se aprimora e busca atratividade para investidores de pequeno, médio e grande porte, nacionais e internacionais. Para isso alguns mecanismos de proteção para esses investidores são criados, como por exemplo, o dos níveis de governança corporativa da BM&FBovespa.

De acordo com Santos e Silveira (2007), os níveis diferenciados de governança corporativa Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado são segmentos especiais de listagem de ações na BM&FBovespa onde se encontram empresas que se propõem a adotar melhores práticas de governança corporativa, respeitando uma série de exigências compatíveis com cada nível.

Atualmente existem quatro tipos de classificação dos níveis de governança para as empresas listadas na bolsa de valores no Brasil, sendo elas: Novo Mercado, Nível 1, Nível 2, Bovespa Mais. Há também

as empresas sem nível de governança chamadas de Tradicional, que não seguem políticas de governança solicitada pela BM&FBovespa.

2.2.1 Conselho de administração

O conselho de administração é o órgão que tem responsabilidades para decidir em nome dos investidores. Dentro das suas atividades estão o monitoramento das decisões e a supervisão da gestão, contratando, demitindo e definindo a remuneração dos executivos. Assim, essas atribuições, assumidas pelo conselho de administração, são fatores importantes que podem contribuir para explicar uma parte tanto do desempenho quanto do valor de mercado das empresas.

Para Andrade *et al* (2009), além disso o conselho de administração é um órgão intermediador entre acionistas e administradores, pois sua composição assumiu importantes funções e busca garantir a proteção legal dos investimentos, monitora as decisões dos administradores e verifica se elas realmente estão alinhadas com os interesses dos investidores. Desta maneira, minimiza eventuais conflitos de agência.

Os principais códigos de boas práticas de governança, elaborados com base nas recomendações dos agentes de mercado, ressaltam a importância da composição independente do conselho e da separação entre os cargos de diretor executivo e presidente do conselho de administração, a fim de assegurar a imparcialidade de suas decisões (IBGC 2009 e CVM 2002).

Santos e Silveira (2007), reafirmam este sentido e concluem que o conselho de administração é considerado um dos principais mecanismos internos de governança corporativa, em função de suas atribuições de monitoramento dos gestores, e marcação das diretrizes estratégicas da empresa.

2.2.2 Comitê de auditoria

Desde o início da década de 40 a sociedade corporativa e os órgãos reguladores do mercado de capitais norte-americano (SEC) divulgam informações sobre comitê de auditoria. Bolton (2014) comenta que naquela época, o interesse foi criar um comitê especializado para análise e supervisão das demonstrações financeiras, garantido através de confiáveis controles internos. De certa maneira, este conceito ainda

permanece, todavia foi adaptada a modernidade das informações e estruturas das organizações atuais.

Em 2003, após grandes escândalos financeiros nos EUA houve a revisão dos relatórios (*Securities Exchange Act of 1934*) e o debate mais aprofundado das funções do comitê de auditoria. Como conclusão, foi divulgado o relatório “*Disclosure Required by Sections 406 and 407 of the Sarbanes-Oxley Act of 2002*” que obrigou as empresas a informar se há ao menos um integrante com *expertise* financeira na composição do comitê de auditoria e, se existente, divulgar o seu nome e independência sobre as decisões da administração.

Segundo o código de melhores práticas de governança corporativa do IBGC (2009), os membros do comitê devem ser independentes. Isso significa que não tenham influência de outros órgãos ou pessoas e que sua composição tenha pelo menos um integrante com comprovada experiência financeira.

Silva *et al* (2009) relata, na pesquisa de implementação dos controles internos e do comitê de auditoria segundo a Lei SOX, que até a publicação da Lei norte-americana em 2002 o Brasil pouco explorava esse item de controle interno.

As pesquisas realizadas no Brasil sobre comitê de auditoria corroboram a relevância do tema. De acordo com pesquisa realizada por Kitagawa e Ribeiro (2009), o Comitê de Auditoria tem caráter não somente fiscalizador, mas também administrador, principalmente por ser composto por membros do conselho de administração. A pesquisa evidencia que o comitê de auditoria é composto, em sua maioria, por pessoas independentes.

Furuta e Santos (2010) abordam na pesquisa sobre comitê de auditoria *versus* conselho fiscal adaptado que o comitê é o responsável direto pela contratação, compensação e supervisão da empresa de auditoria independente. É também o responsável pela resolução de quaisquer conflitos que possam existir sobre relatórios contábeis entre a administração e os auditores independentes.

Além disso, o comitê pode criar procedimentos para receber, processar e tratar das reclamações e denúncias, confidenciais e anônimas, recebidas pelos funcionários sobre contabilidade, controles internos contábeis ou assuntos relacionados à auditoria. O comitê tem igualmente a autoridade de contratar consultores independentes, caso seja necessário.

De acordo com Thiruvadi e Huang (2011) o comitê de auditoria é um item de governança que pode ajudar a reduzir os riscos dos relatórios financeiros apresentarem incoerências, já que é responsável por supervisionar o trabalho dos auditores internos e externos a fim de melhorar a qualidade dos relatórios financeiros.

Quanto à relação entre os integrantes do comitê e da auditoria independente o IBGC demonstra o que os grupos devem tratar: a) mudança ou manutenção de princípios e critérios contábeis; b) uso de reservas e provisões; c) estimativas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras; d) métodos de avaliação de risco e resultado dessas avaliações; e) principais riscos; f) mudança do escopo da auditoria independente; g) deficiências relevantes e falhas significativas nos controles internos; h) conhecimento de atos ilegais; e i) efeitos de fatores externos nos relatórios financeiros e no processo de auditoria.

A discussão entre responsabilidade do comitê e auditores independentes devem ainda incluir questões como a clareza das divulgações financeiras e o grau de agressividade ou conservadorismo dos princípios e critérios contábeis adotados na divulgação das demonstrações e análises financeiras (IBGC 2009).

Para as empresas de auditoria independente *Big Four*, nomenclatura utilizada para se referir as quatro maiores empresas especializadas em auditorias independentes do mundo, das quais fazem parte *PricewaterhouseCoopers* – PwC, *Deloitte Touche Tohmatsu* – DTT, *KPMG* e *Ernst & Young Terco* – EY, tem-se esforços para divulgar de forma instrutiva cartilhas e manuais sobre comitê de auditoria.

O trabalho da EY em 2012, intitulado “O papel do Comitê de Auditoria”, contempla a associação eficaz do comitê para a governança corporativa. Comenta, nessa cartilha, que o comitê tem competência para monitorar, avaliar e opinar sobre diversos assuntos relacionados ao processo de auditoria das empresas; devendo manifestar-se sobre a contratação e destituição dos auditores independentes, monitorar a qualidade de seus serviços, os mecanismos de controle interno e a

exposição ao risco, bem como outros assuntos relevantes para proteção dos interesses dos acionistas.

A PwC, já em 2007, tinha divulgado sua segunda edição da cartilha “Comitês de Auditoria no Brasil” que destacava as melhores práticas de governança corporativa. Nela afirma que nos últimos anos o comitê de auditoria tem assumido função de destaque como importante instrumento de governança, relativamente ao processo de supervisão, assegurando como principais responsabilidades: a) a qualidade dos controles internos que fundamentam os relatórios financeiros divulgados; b) eficiência no processo de comunicação entre os órgãos corporativos internos e externos; c) “*compliance*” com os regulamentos aplicáveis, incluindo códigos de ética e conduta; e d) não menos importante, mas de extrema relevância, proteção aos acionistas e partes relacionadas.

Também em 2007 a KPMG divulgou seu segundo estudo sobre as melhores práticas de governança corporativa. Nele destacou as principais atribuições do comitê de auditoria quanto ao assessorar o conselho de administração relativamente ao monitoramento de práticas contábeis, análise das demonstrações financeiras, garantir o desempenho da auditoria, dos controles internos, monitorar potenciais conflitos de interesses, como também monitorar o cumprimento do código de ética e conduta e quaisquer mudanças relevantes nos principais indicadores financeiros.

A DTT apresentou em 2007 o guia prático para os comitês de auditoria das empresas brasileiras melhorarem a governança corporativa através de eficazes controles internos. Nele expos que os membros do comitê devem ser pessoas dispostas e aptas a dedicarem o tempo e a energia necessários para assumir a responsabilidade de supervisores vigilantes, a bem do interesse dos acionistas de sua empresa. Também asseverou que o comitê deve incluir um especialista financeiro para proteger os interesses dos investidores.

De acordo com levantamento das empresas europeias, de López, Barbadillo e Aguilar (2011), foi analisada a estrutura de composição do comitê de auditoria na Espanha, entre 1998 e 2005, para verificar a independência dos auditores. Os resultados mostram que o nível de dependência econômica do auditor é um dos fatores levados em conta na hora de decidir a composição do comitê.

As empresas que pretendem garantir a confiabilidade na divulgação das informações financeiras fazem uso de um auditor com

menor dependência econômica com o objetivo de formar um comitê com maior independência.

Também no continente europeu Arcay, Fernández e Lopo (2013), analisaram as informações das narrativas do comitê de auditoria no documento *Informe de Gestión*. O motivo foi verificar se os apontamentos dos auditores externos são repassados aos relatórios financeiros pelo comitê. O resultado na correlação dos dados mostrou falta de objetividade entre o trabalho dos auditores externos e o dos integrantes do comitê.

Nesse contexto, a evidenciação da simetria de informação entre integrantes do comitê de auditoria, dos auditores independentes, dos auditores internos e demais que corroboram com as informações financeiras quantitativas e qualitativas da empresa, traça um perfil de evolução econômica aos setores que divulgam de forma consistente as suas demonstrações. O maior beneficiário desta nova fase, além dos envolvidos nas entidades, é a sociedade em geral, pois mitigam o risco das fraudes e crises econômicas.

2.2.3 Estudos anteriores

Diversos estudos referentes a comitê de auditoria têm foco na evidenciação das características de quem compõe o comitê. Bolton (2014), observou que são associadas com melhor desempenho as empresas com relação positiva entre integrantes do comitê de auditoria quando estes possuem ações das empresas. Os resultados sugerem que a propriedade de ações pelos membros do comitê de auditoria é um importante mecanismo de governança corporativa porque o integrante estará atuando com maior eficiência.

Liu, Tiras e Zhuang (2014) investigaram se a *expertise* contábil em comitês de auditoria limita as expectativas de lucros para evitar surpresas negativas. O resultado mostrou que em empresas com um especialista em contabilidade essa hipótese é verdadeira; o especialista evita surpresas negativas de lucros e reduz a manipulação das informações para expectativas de lucros.

O Quadro 1 apresenta de forma sintética a composição dos estudos anteriores que motivaram esta pesquisa e deram suporte teórico para o seu desenvolvimento.

Quadro 1 - Estudos sobre comitê de auditoria

Autores	Objetivo	Resultado
Bruynseels e Cardinaels (2014)	Observaram, em uma amostra de 2004 a 2008 de empresas listadas na bolsa de valores dos EUA, a nomeação dos integrantes do comitê de auditoria e se participam de alguma rede de contatos.	Apesar de muitos comitês de auditoria estarem totalmente independentes, o resultado sugere que os CEOs muitas vezes nomeiam diretores de suas redes sociais. Descobriram que esses laços sociais têm um efeito negativo sobre as variáveis de qualidade da supervisão. Em particular, que as empresas cujos comitês de auditoria têm laços de amizade com o CEO compram menos serviços de auditoria independente e se envolvem mais em gerenciamento de resultados. Também os integrantes do comitê são menos propensos a emitir continuidade das opiniões ou denunciar deficiências de controle interno, quando os laços de amizade são presentes. Por outro lado, os laços sociais formados por redes de aconselhamento não parecem prejudicar a qualidade da supervisão do comitê de auditoria.
Bolton (2014)	Verificou em uma amostra de grandes empresas norte-americanas de 1998 a 2008, se os integrantes do comitê com propriedade de ações tem relação com o desempenho da empresa.	O estudo evidenciou relação positiva entre a propriedade de ações do comitê de auditoria e desempenho econômico da empresa. Estes resultados persistiram durante todo o período de amostragem, não enfraquecem após Sarbanes-Oxley e são robustos para o controle de endogeneidade entre propriedade e desempenho. Após o teste estatístico observou que não há relação entre a independência do comitê de auditoria e desempenho da empresa, estes resultados sugerem que a propriedade de ações do comitê de auditoria é um importante mecanismo de governança corporativa e, potencialmente, uma variável mais relevante do que a independência do comitê de auditoria a partir de uma perspectiva política.

Liao e Wen-Hsin Hsu (2013)	Estudaram os fatores associados à presença dos mesmos diretores no comitê de remuneração e no comitê de auditoria em empresas norte-americanas, e se tais associações melhoram a governança corporativa.	Usando 4.572 observações em empresas dos EUA durante os anos fiscais 2004 e 2008, os resultados mostram que é mais provável ocorrer a presença simultânea dos mesmos diretores em empresas com fraca governança corporativa e em empresas com falta de recursos financeiros. Também demonstram que as empresas com associações comuns têm pior qualidade de ganhos, ou seja, desempenho mais fraco do que outras empresas.
Cunha <i>et al</i> (2013)	Em uma amostra de 54 empresas listadas na BM&FBovespa, o estudo verifica se as características atreladas ao comitê de auditoria refletem no gerenciamento de resultados.	Os resultados apontam que não é possível considerar que existe relação entre as variáveis do comitê de auditoria com o gerenciamento de resultados. Entretanto, cabe destaque a limitação encontrada relativamente à pequena quantidade de empresas que possuem comitê de auditoria. Considera-se o tema relevante no meio acadêmico e empresarial, pois há a necessidade de se fortalecer o entendimento das características atreladas ao comitê de auditoria, haja vista a sua relevância numa organização, ao passo que ao se constituir um comitê de auditoria, tais características mereçam ser observadas. Assim, recomenda-se acompanhar a evidenciação destas informações no país, possibilitando futuramente uma amostra mais abrangente, de modo que possa ser replicado o estudo, admitindo-se também a inclusão de outras variáveis.
Erkens e Bonner (2013)	Investigaram em 1.500 empresas durante o período de 1999 a 2008, a nomeação de especialistas financeiros no comitê de auditoria e se a presença é associada a relatórios financeiros com menores reformulações.	Concluíram que as empresas preferem nomear indivíduos com status mais elevados e nem sempre estes são considerados especialistas financeiros, aumentando a probabilidade de correções com os relatórios financeiros.

Singhvi, Raghunandan e Mishra (2013)	Testaram as reações do mercado para a nomeação de 452 diretores do comitê de auditoria, em 2004, 2006 e 2008.	Encontraram evidências no período pós-SOX que é insignificante a reação do mercado para a nomeação de diretores especialistas financeiros, e também que não há diferenças significativas na reação do mercado à indicação de diferentes tipos de diretores para o comitê de auditoria, no período pós-SOX.
Singhvi, Rama, e Barua (2013)	Examinaram no exercício de 2005 a 2008 a reação do mercado quanto a saída de integrantes do Comitê de Auditoria.	Identificaram que há uma significativa reação negativa do mercado para a saída de especialistas em contabilidade, mas não para as saídas de outros tipos de especialistas ou administradores não especializados.
Chiodini <i>et al</i> (2013)	Este estudo objetiva verificar se o Comitê de Auditoria das maiores empresas de capital aberto no Brasil está adequado às recomendações emanadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pela Cartilha da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	Os resultados demonstraram que a maioria das companhias, por exigência ou não, procurou constituir um Comitê de Auditoria, visando se adequar às boas práticas de governança corporativa. No entanto, existem muitos aspectos que devem ser observados e aprimorados nas informações divulgadas, tais como a divulgação das atribuições do Comitê de Auditoria no estatuto social, as características dos membros, em especial, do especialista financeiro, do regimento interno e do resumo do relatório de cumprimento das atribuições do Comitê de Auditoria.
Rainsbury, Malthus e Capper (2012)	O estudo investiga a associação entre fonte de financiamento da Nova Zelândia entidades do setor público e a existência e composição dos comitês de auditoria.	Os resultados mostram que 60% das entidades públicas da Nova Zelândia não tem comitê de auditoria, que o tamanho do comitê de auditoria é, em média, maior do que o recomendado. A maioria cumpre as diretrizes recomendadas para comitê de auditoria com experiência financeira, no entanto não observa a independência dos integrantes do comitê. Órgãos com maiores níveis de financiamento do governo são mais propensos a estabelecer comitês de auditoria.

Krishnan, Wen e Zhao (2011)	Pesquisaram a associação entre conhecimento jurídico dos comitês de auditoria e qualidade de relatórios financeiros. A investigação é relevante porque o número de advogados nomeados para órgãos sociais nos últimos anos tem aumentado.	Os resultados apontam que os diretores com conhecimentos jurídicos no comitê de auditoria contribuem positivamente para a qualidade de relatórios financeiros, medida pelas acumulações discricionárias e qualidade de acréscimos, depois de controlar o efeito positivo da <i>expertise</i> contábil. Conhecimento jurídico parece desempenhar papel complementar no monitoramento dos relatórios financeiros.
Schöndube-Pirchegger e Schöndube (2011)	A pesquisa oferece uma explicação para as falhas do comitê de auditoria dentro de um contexto de governança corporativa.	As evidências sugerem que os comitês de auditoria estabelecidos pelos conselhos de administração tendem a não se opor às práticas contábeis duvidosas empregadas pela administração e aprovadas pelo auditor.
Engel, Hayes e Wang (2010)	A relação entre remuneração do comitê de auditoria e a demanda para o monitoramento do processo de relatórios financeiros.	A pesquisa revela que a remuneração paga ao comitê de auditoria é positivamente correlacionada com honorários de auditoria. A evidência empírica é consistente com a noção de que a demanda para o monitoramento do processo de informação financeira é um importante determinante da compensação paga aos comitês de auditoria.
Furuta e Santos (2010)	Obter a opinião dos analistas de mercado e dos executivos das empresas que operam no Brasil e negociam seus títulos no mercado norte-americano sobre a formação do Comitê de Auditoria ou do Conselho Fiscal adaptado.	A maioria dos executivos das empresas com Comitê de Auditoria apontou que o nível de governança corporativa foi um dos fatores que mais influenciou na decisão de se formar um ou outro órgão. Por outro lado, a maioria dos executivos das empresas que formaram o Conselho Fiscal adaptado indicou, além do nível de governança corporativa, o fato de ser auditada por uma das Big4 e a classificação da empresa conforme o valor de mercado. Não houve consenso de opiniões quanto ao Conselho Fiscal ser mais adaptável que o Comitê de Auditoria em relação ao ambiente de negócios brasileiros.
Baxter e Cotter (2009)	A pesquisa busca uma amostra de empresas australianas, se os comitês de auditoria estão associados com a melhoria de lucros e qualidade da informação financeira.	Os resultados indicam que a formação de um comitê de auditoria reduz intencional gerenciamento de resultados e, em consequência, melhora a qualidade dos resultados. Entretanto, não melhora os erros de estimativa de exercício.

<p>Goh (2009)</p> <p>O estudo examina se há eficácia dos mecanismos de governança corporativa quanto à composição do comitê de auditoria e se ela está associada à remediação de insuficiências materiais.</p>	<p>Embora as principais bolsas exijam que comitês de auditoria tenham pelo menos três diretores, os resultados deste estudo sugerem que as empresas podem melhorar o monitoramento dos controles internos expandindo seus comitês de auditoria. Com relação à definição de experiência financeira, os resultados do estudo sugerem que a experiência financeira de membros não contadores no comitê de auditoria também é suficiente para monitorar insuficiências materiais. Assim, não contadores, mas comitês de auditoria com membros com experiência financeira são um componente valioso na governança corporativa. Esta descoberta dá apoio às disposições finais da SOX, que se expandem à definição de experiência financeira para incluir conhecimentos de não contadores.</p>
<p>Sarens, De Beelde e Everaert (2009)</p> <p>A pesquisa belga procura a relação de conforto entre a função de auditoria interna (controles internos) e do comitê de auditoria, complementando, assim, os estudos qualitativos recentes nesta área que todos têm sugerido o aumento da importância dessa relação do ponto de vista de governança corporativa.</p>	<p>A melhoria dos controles internos fornece um nível significativo de conforto ao Comitê de Auditoria. Conhecimento exclusivo dos auditores internos sobre a gestão de riscos e controles internos, combinada com as habilidades interpessoais e comportamentais adequadas, que lhes permite oferecer este conforto. Além disso, a sua posição interna, sua familiaridade com a empresa, e sua posição perto de pessoas em toda a empresa facilita a comunicação, sendo uma grande fonte de conforto para o comitê de auditoria. Relatórios de auditoria formais e apresentações, juntamente com os contatos informais, parecem ser importantes símbolos de conforto. Também, verificou-se que o nível geral de conforto para o comitê de auditoria pode ser melhorada através da colaboração entre auditoria interna e externa (a chamada "abordagem de auditoria conjunta"). As principais conclusões inferidas a partir do estudo belga são relevantes para empresas da Europa Continental.</p>

<p>Archambeault, Dezoort, e Hermanson (2008)</p>	<p>O trabalho analisa a relação entre concessões de opções de ações para o comitê de auditoria no curto prazo e no longo prazo e suas implicações na reformulação das demonstrações financeiras.</p>	<p>Os resultados indicam uma relação positiva significativa entre concessões de opções de ações de curto prazo para os membros do comitê de auditoria e a probabilidade de correção. Quando as empresas emitem opções de curto prazo para os membros da comissão de auditoria, é possível que a qualidade da supervisão seja reduzida. No entanto, a relação também é positiva significativa na concessão de opções de longo prazo, em virtude de retornos incertos podem afetar a motivação por diligência e aumentar a probabilidade de falha nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Krishnan e Visvanathan (2008)</p>	<p>Em uma amostra de 500 empresas americanas, os autores observaram se integrantes do comitê sem conhecimento contábil são tão competentes quanto à <i>expertise</i> em contabilidade na melhoria da qualidade dos relatórios financeiros.</p>	<p>Os resultados sugerem que a experiência em contabilidade de um comitê de auditoria está positivamente associada com o conservadorismo, uma propriedade fundamental das demonstrações financeiras. Além disso, especialistas somente financeiros no comitê de auditoria são capazes de realizar de forma eficaz a sua função de monitoramento e promover a contabilidade conservadora somente quando eles estão em placas que são caracterizados por uma forte governança.</p>

Fonte: Dados coletados na revisão (2014).

No Brasil, se destaca a pesquisa de Cunha *et al* (2013), onde foi constatada limitação devido à pequena quantidade de empresas que possuem comitê de auditoria. Contudo, considerou o tema relevante no meio acadêmico e empresarial, já que há a necessidade de se fortalecer o entendimento das características atreladas ao comitê de auditoria, haja vista a sua relevância numa organização. Afirma que ao se constituir um comitê de auditoria, tais características mereçam ser observadas. Assim, recomendou acompanhar a evidenciação destas informações no país, possibilitando futuramente uma amostra mais abrangente, de modo que possa ser replicado o estudo; admitindo-se também a inclusão de outras variáveis.

Já o estudo de Chiodini *et al* (2013), observa que existem muitos aspectos que devem ser observados e aprimorados nas informações divulgadas pelas companhias, para atender as recomendações expostas pelo IBGC e CVM. A implantação de um Comitê de Auditoria adequado à estrutura da companhia e orientações dos órgãos competentes assegura uma efetiva supervisão na elaboração e na divulgação das demonstrações financeiras, bem como das demais comunicações e informações de interesse público, interno ou externo, observando os riscos e controles internos. Com base no estudo realizado sugeriu, para pesquisas futuras, o aprofundamento das análises no aspecto “a existência do especialista financeiro” discutido pelo IBGC, em um grupo maior de empresas.

Outros estudos internacionais abordaram a evidenciação da *expertise* e incluíram variáveis de análises com o resultado, para comprovar a existência de relação positiva quando esse profissional com conhecimento financeiro atua no comitê de auditoria (BRUYNSEELS E CARDINAELS; BOLTON, 2014; ERKENS E BONNER; SINGHVI, RAGHUNANDAN E MISHRA, 2013; RAINSBURY, MALTHUS E CAPPER, 2012; KRISHNAN, WEN E ZHAO, 2011; ENGEL, HAYES E WANG, 2010; GOH, 2009). A partir da análise desses trabalhos, foram identificados objetivos, amostras e resultados para consecução desta pesquisa.

2.2.4 Conselho fiscal adaptado

Para o caso brasileiro, a SEC deu a opção para as empresas com ADRs formarem comitê de auditoria ou utilizarem o conselho fiscal adaptado às funções do comitê. Para isso estabeleceu que as empresas

estrangeiras que optarem por utilizar outro órgão para substituir o comitê, como é o caso do conselho adaptado no mercado brasileiro, podem atender às regras locais de independência.

O objetivo de obter a opinião, tanto dos executivos das empresas que operam no Brasil e negociam seus títulos no mercado norte-americano, quanto dos analistas de mercado, sobre a formação do comitê de auditoria ou do conselho fiscal adaptado, é bastante divergente, de acordo com Furuta e Santos (2010). Para dirimir tais divergências os autores aplicaram questionários e realizaram entrevistas.

A maioria dos executivos das empresas que formaram o Comitê de Auditoria apontou que o nível de governança corporativa foi um dos fatores que mais influenciou na decisão de se formar um ou outro órgão.

Por outro lado, a maioria dos executivos das empresas que formaram o Conselho Fiscal adaptado indicou, além do nível de governança corporativa, o fato de ser auditada por uma das *Big Four* como fatores que influenciaram na sua decisão.

Não houve consenso de opiniões quanto ao conselho fiscal ser mais adaptável que o Comitê de Auditoria ao ambiente de negócios brasileiros, se as funções dos dois órgãos são distintas e se os custos associados à formação do Comitê de Auditoria são ou não relevantes. Assim, pode-se concluir que, em alguns aspectos, as percepções dos analistas de mercado e dos executivos das empresas são bastante diferentes.

Já Chiodini *et al* (2013) procurou analisar quais empresas possuem comitê de auditoria e quais utilizam o conselho fiscal com esta função. Constatou que das 23 companhias relatadas, em 13 delas foi evidenciada a existência do comitê, representando 57%, e nas outras 10 companhias constatou-se a existência de conselho fiscal adaptado com esta função, equivalendo a 43%.

Do grupo das 13 empresas que optaram pelo comitê, 6 são do nível de governança do novo mercado, 5 são do mercado tradicional e duas do nível 1 de governança. Percebe-se que as companhias do novo mercado e do mercado tradicional tendem a constituir o comitê de auditoria, e não adaptá-lo ao conselho fiscal.

Já no nível 1 de governança, há uma forte tendência em adaptar o conselho fiscal para esta função. Verificou-se também, através do estudo da *PricewaterhouseCoopers* (2007), que para as empresas do novo mercado que possuem órgão com a função de comitê de auditoria, a metade escolheu constituir referido comitê.

2.2.5 Lei Sarbanes-Oxley – (SOX)

Após escândalos financeiros de grandes empresas americanas a publicação da Lei SOX, foi um começo para a criação dos Comitês de Auditoria. Antes disso os comitês praticamente não existiam; hoje ganham destaque em empresas e são considerados instrumentos de suma importância na gestão de risco e comunicação dos fatores que afetam a administração.

A falência dessas grandes empresas americanas levou à criação da legislação para proteção do mercado financeiro. Segundo Rossoni e Machado da Silva (2010), o que precipitou o avanço dos códigos de governança corporativa ao redor do mundo foi uma série de escândalos que ocorreram no início deste século envolvendo grandes corporações, como por exemplo, Enron, WorldCom e Global Crossing nos EUA.

Como consequência da publicação da Lei SOX em 2002 medidas mais rígidas foram criadas para atender as organizações americanas sobre atitudes contábeis fraudulentas; e também foi fomentada a disseminação de tais códigos em outros países. Para Goh (2009) a SOX foi aprovada em resposta a uma série de impropriedades contábeis de empresas bem conhecidas já que um dos requisitos da Lei é o controle interno ao qual o comitê de auditoria está intimamente ligado.

Entre inúmeras exigências impostas na seção 301 da SOX está o fortalecimento do “Comitê de Auditoria”, órgão corporativo já existente nas empresas norte-americanas. Segundo Silva *et al* (2009), a legislação norte-americana determina que todas as companhias de capital aberto listadas nas bolsas de valores dos Estados Unidos criem um Comitê de Auditoria responsável direto pela indicação, remuneração e supervisão da Auditoria Externa e também pela resolução de disputas entre a administração e a auditoria independente.

A SOX ainda prevê normas sobre a independência dos membros do Comitê de Auditoria e a divulgação do nome de seu expert financeiro, bem como a transferência de parte dos poderes e das responsabilidades exercidas pelos diretores executivos para o Comitê de Auditoria.

A atuação do comitê de auditoria foi considerada um dos pilares da reconstrução da credibilidade das informações contábeis das empresas. De acordo com Almeida *et al* (2010), a SOX está repleta de reformas para governança corporativa na divulgação e contabilidade.

Esta Lei busca reparar a perda da confiança nos líderes empresariais norte-americanos e enfatizar, mais uma vez, a importância dos padrões éticos na preparação de suas informações financeiras, para proteção dos acionistas e da sociedade contra fraudes. Sendo assim, o maior salto para estimular pelo mundo a adequação das empresas à SOX se deu após os grandes escândalos financeiros em empresas americanas como: Enron, WorldCom e Global Crossing.

2.6 INTERLIGAÇÕES EM REDES DOS INTEGRANTES

A nomenclatura “rede” vem adquirindo diversos significados na realidade social contemporânea. Segundo Marteleto (2001), a rede é “um sistema de nodos e elos, uma estrutura sem fronteiras, uma comunidade não geográfica, um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede”. Segundo Ribas e Ziviani (2008) a rede, além de seu aspecto material – conjunto de linhas entrelaçadas – também é social e política devido as pessoas, aos símbolos, as mensagens e aos valores que a frequentam.

O conceito de redes é dependente do conflito permanente entre diferentes correntes nas ciências sociais, que criam os pares dicotômicos como: indivíduo/sociedade, ator/estrutura, abordagens subjetivas/objetivas, enfoques micro ou macro da realidade social (Marteleto 2001).

Para Lipnack e Stamps (1992), o que é novo no trabalho em redes de conexões é sua promessa como uma forma global de organização com raízes na participação individual. Uma forma que reconhece a independência enquanto apoia a interdependência. O trabalho em redes de conexões pode conduzir a uma perspectiva global baseada na experiência pessoal.

No contexto rede social, o preceito passa a representar um conjunto de participantes autônomos ou chamados de “atores”, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados. Segundo Freeman (1979) e Wasserman e Faust (1994), um ator é um intermediário que se liga a vários atores que não se conectam diretamente.

O interesse pelas redes sociais, assim como o método de análise das redes, tem atraído pesquisadores da área de ciências sociais nas últimas décadas. Mendes da Silva et al (2008), na pesquisa de influência das redes de relações corporativas no Brasil, receberam o prêmio de

melhor artigo da Divisão Acadêmica de Finanças em 2008 e ressaltam que o interesse no estudo das redes em finanças é recente, especificamente no contexto nacional, ainda inexplorado.

A apreciação de redes sociais é baseada na noção de que as relações entre unidades são indispensáveis. Segundo Rossoni e Guarido Filho (2007), há inúmeras formas de explorar as redes sociais. As modalidades utilizadas com maior frequência para avaliar as características das redes de relações nos trabalhos empíricos são: i) densidade, ii) centralidade, iii) conectividade e iv) grau de interação.

Para Marteleto (2001), a densidade representa um conceito que pode ser compreendido como densas redes de relações sociais, que se caracterizam por normas de confiança e reciprocidade, levando a resultados de benefício mútuo, ou seja, a média do grau de comunicação entre os membros em uma rede. O grau de centralidade relaciona-se ao número de atores ao qual um determinado ator está diretamente ligado.

A conectividade refere-se à conexão direta de um ator com outro, ou seja, entre dois atores e não direcionada a dados, e também com relação à acessibilidade, que determina se os dois atores estão ligados ou não, por meio de qualquer um deles, por vias diretas ou indiretas, de qualquer comprimento.

Já o grau de intermediação representa a possibilidade de um nó intermediar a comunicação entre pares de nós, obtida a partir de caminhos geodésicos (mais curtos) entre os pares de nós possíveis.

Uma das formas mais habituais de análise de redes sociais é identificar os atores com maior destaque e que estejam com maior frequência, se tornando atores “centrais” em uma rede social. Para Wasserman e Faust (1994), a centralidade pode ser vista como uma propriedade dos atores, inseridos em uma determinada rede.

Segundo Rossi *et al* (2013), a análise de redes sociais fornece uma metodologia importante para a análise dos padrões de interação que ocorrem dentro de um grupo de atores, também denominado rede. Para isso, a teoria de análise de rede social baseia-se em vários conceitos de teoria dos grafos e teoria estrutural para avaliar as propriedades de rede, tais como densidade, centralidade, conectividade, intermediação e graus.

Dessa forma, estas propriedades proporcionam um mecanismo para interpretar e desenvolver uma compreensão dos padrões observados de trocas que ocorrem entre atores sociais e, assim, fornecer uma representação visual dos indivíduos e de seus lugares na rede.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo visa demonstrar os passos para a realização da pesquisa, tratar do problema e mostrar os instrumentos utilizados para que se atinjam os objetivos. Inicialmente é apresentado seu enquadramento, após isso, parte-se para a explicação do instrumento de coleta de dados e ulterior construção dos demonstrativos dos comitês e conselhos. Além disso, explica-se a forma como o demonstrativo foi construído.

3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa, quanto à natureza de seu objetivo, é caracterizada como exploratória e pode ser classificada como uma pesquisa documental, pois busca realizar um levantamento das informações dos comitês divulgados pelas empresas e caracterizar esse tipo de divulgação. Tal natureza é justificada pelo objetivo da construção de um demonstrativo para identificar e relacionar a interligação dos integrantes dos comitês. Gil (2002) afirma que pesquisas exploratórias geralmente envolvem o levantamento bibliográfico e documental, além de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, de determinado fato.

Quanto ao tipo de abordagem, este estudo classifica-se como quali-quantitativo, em que a parte qualitativa compreende a caracterização dos tipos de informações evidenciadas. Por sua vez, a fase quantitativa se dá com a análise de correlação, visando identificar a relação entre pessoas e empresas com diferentes níveis de informação divulgada.

3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA

Para a realização desta pesquisa, serão utilizadas as informações divulgadas no Formulário de Referência 2014 e disponibilizadas na internet a partir de junho desse mesmo ano. Para a seleção da amostra intencional foram selecionadas as empresas brasileiras com ações negociadas na BM&FBovespa e utilizou-se como fator de classificação o segmento Novo Mercado.

Este critério tem como base analisar e mostrar o cenário atual das empresas brasileiras. Isso porque o segmento Novo Mercado mostrou-se

com maior nível de governança corporativa e ser entendido que o comitê de auditoria compõe os critérios de boas práticas de governança corporativa.

Para isso foram extraídos, da página eletrônica da BM&FBovespa, os arquivos contendo os formulários de referência exercício 2014, ano-base 2013, da totalidade das empresas da amostra. Utilizou-se o programa *EmpresasNet* versão 7.0 para consultar e gerenciar os formulários enviados pelas companhias, obtidos por meio de download. Apresenta-se na Figura 2 o demonstrativo do banco de dados no programa *EmpresasNet* versão 7.0.

Figura 2 - Banco de dados da amostra no programa *EmpresasNet v.7*

EmpresasNet - [Formulário Inicial]

Formulário Sistema Ajuda

Novo Salvar Limpar Validar Justificar Exportar Backup Importar Enviar Manutenção Relatórios Gerar XLS/TEXT Ordenar Excluir Ajuda

Novo Emissor

001023	BANCO DO BRASIL S.A.
005258	DROGASIL SA
005410	WEG SA
005762	ETERNIT SA
006343	TUPY SA
007510	INDÚSTRIAS ROMI S.A.
008133	LOJAS RENNER SA
008575	MAHLE METAL LEVE S.A.
009393	PARANAPANEMA SA
011932	IOCHPE-MAXION SA
012793	FIBRIA CELULOSE S.A.
013773	PORTOBELLO S/A
013781	SÃO CARLOS EMPREENDS E PARTICIPAÇÕES S.A
014443	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO
014460	CYRELA BRAZIL REALTY SA EMPRS E PARTS
014761	CIA HERING
016101	GAFISA SA
016292	BRF - BRASIL FOODS SA
016306	ROSSI RESIDENCIAL SA
016659	PORTO SEGURO SA
017329	TRACTEBEL ENERGIA SA
017450	ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.
017639	TIM PARTICIPAÇÕES SA
017914	MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
017973	KROTON EDUCACIONAL S.A.
018414	IDEIASNET SA
018465	ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES SA
018660	CPFL ENERGIA SA
018821	CCR S.A.
018961	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.
019330	TPI - TRIUNFO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S.A.
019445	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
019453	PRIMAV ECORODOVIAS SA
019550	NATURA COSMETICOS SA
019615	GRENDENE SA
019623	DIAGNOSTICOS DA AMERICA SA
019650	RENAIP MARCA SA

Formulário Inicial

EMPRESAS.NET

Apoio:

CVM
Comissão de Valores Mobiliários

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa

Suporte Técnico

1) Para solicitação de nova senha ou login para envio de documentos, entrar em contato com o serviço de suporte externo a sistemas de informática da CVM, por meio do e-mail suporteexterno@cvm.gov.br, das 9h00 às 18h00, em dias úteis.

2) Dúvidas sobre a utilização e funcionamento do sistema, assim como o relato de problemas ou dificuldades no envio de documentos, devem ser encaminhados para a Central de Atendimento da BM&FBOVESPA (CAB).

O contato com a CAB pode ser feito:

a) **Atendimento Normal:** nos dias úteis, de 7 horas às 22 horas, pelo e-mail cab@bvmf.com.br ou pelo telefone (11) 2565-5000;

b) **Plantão de Atendimento:** nos dias úteis, de 22 horas às 7 horas, e em finais de semana e feriados exclusivamente pelo telefone (11) 2565-5000.

Fonte: Adaptado de BM&FBovespa, *EmpresasNet v.7* (2014).

O período do levantamento dos dados selecionados se deu por meio do endereço eletrônico da BM&FBovespa, nas datas de 01 a 08 de junho de 2014. Não foram considerados para análise os dados provenientes de documentos das companhias que efetuaram o reenvio de informações após essa data.

Após a importação dos arquivos no sistema, os formulários de referência foram gerados e salvos em formato *pdf*, possibilitando a criação de uma pasta para formação de um banco de dados e tratamento das informações na busca dos comitês. Os itens do formulário a serem analisados são demonstrados no Quadro 2.

Quadro 2 - Itens do FR a serem analisados

Item do FR	Especificação do item
12.6 / 8	Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal.
12.7	Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração.

Fonte: Adaptado de BM&FBovespa (2014).

Esta escolha é intencional e fundamenta-se no fato de que estas empresas têm maior nível de governança corporativa entre as companhias de capital aberto que atuam no Brasil. Presume-se, assim, que estas companhias possuem estruturas organizacionais mais adequadas, o que facilita a aplicação desta pesquisa ao possibilitar a identificação do comitê de auditoria e outros comitês.

Foram selecionadas todas as empresas do segmento “Novo Mercado”; todavia foram retiradas da amostra as empresas que apresentaram as seguintes ocorrências: (i) erro e arquivo corrompido na importação do arquivo para o programa *EmpresasNet*; (ii) seus demonstrativos não foram entregues até a data da coleta de dados e; (iii) não divulgaram o formulário por estarem canceladas/desabilitadas a operar na bolsa de valores no ano de apresentação do formulário. A Tabela 1 demonstra a hipótese da seleção da amostra intencional.

Tabela 1 - Seleção da amostra da pesquisa

Seleção das empresas para o estudo	Quantidade
Todas as empresas do segmento Novo Mercado constantes na BM&FBovespa em 2014	134
(-) Erro e arquivo corrompido	1
(-) Aquelas que seus demonstrativos não foram entregues até a data da coleta de dados	1
(=) Amostra do estudo	132

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A partir da amostra selecionada, foi identificada a composição dos comitês das empresas de acordo com as informações apresentadas no item 12 (Assembleia e administração), subitem 12.6 / 8 (Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal) e subitem 12.7 (Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração) do formulário de referência.

3.3 PARAMETRIZAÇÃO E TRATAMENTO DA AMOSTRA

Todos os documentos informados estão disponíveis no endereço eletrônico da BM&FBovespa e CVM. O Formulário de Referência – (FR) foi criado pela Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, em substituição ao antigo Formulário de Informações Anuais – (IAN), que teve sua validade até o ano-base 2008, exercício 2009. A partir do ano-base 2009, exercício 2010, o FR passou a se tornar obrigatório para empresas listadas na BM&FBovespa.

Dentro do FR constam 22 itens e mais de uma centena de subitens para preenchimento de informações financeiras e não financeiras. Estas informações foram analisadas pelos representantes legais da empresa e entregues pelos auditores internos e externos para transmissão à CVM e BM&FBovespa, com o intuito de divulgação e ciência dos investidores e usuários externos.

Neste sentido, para elaboração da pesquisa, foi realizado *check-list* de informações a serem capturadas nos itens e subitens 12.6 / 8 e 12.7 - informado na Figura 3 - para compor um banco de dados em planilha eletrônica *Microsoft Excel*® e posterior tratamento dos dados entre informações quali-quantitativas.

Figura 3 - Composição do *check-list*

Formulário de Referência					Versão
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal					
Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Formulário de Referência					Versão
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração					
Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			

Fonte: Adaptado de BM&FBovespa (2014).

Para identificar as características dos integrantes do comitê de auditoria e dos outros comitês e conselhos, o FR apresenta identificação dos integrantes de todos os comitês e conselhos existentes na empresa. Além disso, dispõe de informações qualitativas do desenvolvimento profissional.

Esses dados foram filtrados e realocados em planilha eletrônica Microsoft Excel® conforme composição que segue: *i*) nome; *ii*) idade; *iii*) profissão; *iv*) órgão da administração a que pertence; e *v*) experiência profissional, acadêmica e declaração de eventuais condenações.

Para o item 12.7 o FR não se limita apenas ao comitê de auditoria, financeiro e de remuneração, como demonstra o cabeçalho do item na Figura 3; vai além e abre todos os comitês e conselhos existentes no quadro organizacional da empresa. De acordo com Guzzo *et al* (2013), no Brasil esse tipo de informação só passou a ser divulgado a partir do ano de 2010, após a criação do formulário de referência pela Instrução CVM nº 480, do ano de 2009.

Neste sentido, para o tratamento dos dados, foram elaboradas três fases para consecução e organização da análise. A primeira fase corresponde ao primeiro objetivo específico, “encontrar as características do comitê de auditoria”, cujo *check-list* realizado deu aparato suficiente para a coleta e tratamento dos dados direcionados e identificação de cada integrante, pelas seguintes informações:

Dos integrantes:

- a) nome;
- b) gênero;
- c) idade;
- d) formação acadêmica;
- e) experiência profissional;
- f) *expertise*;

Dos comitês:

- a) tamanho do comitê;
- b) comitê ou órgãos da administração que ocupa no emissor; e
- c) outros comitês e órgãos ocupados no emissor.

Cunha *et al* (2013), verificou em uma amostra de 54 empresas as seguintes características do comitê de auditoria: tamanho, número de reuniões, independência e a *expertise*. A pesquisa destacou a limitação encontrada relativamente à pequena quantidade de empresas que possuíam comitê de auditoria.

Contudo, considera o tema relevante no meio acadêmico e empresarial, pois há a necessidade de se fortalecer o entendimento das características atreladas ao comitê de auditoria, em função da sua relevância numa organização, mesmo porque ao se constituir um comitê de auditoria tais características mereçam ser observadas.

Assim, nesta pesquisa, a amostra foi ampliada e foram incluídas novas características utilizando-se o segmento denominado “Novo Mercado”. Este critério tem como objetivo analisar o segmento com maior nível de governança corporativa, por entender que o comitê de auditoria possui mecanismos internos de governança corporativa com a responsabilidade de supervisionar a gestão dos procedimentos internos,

bem como assegurar que tais procedimentos sejam íntegros e eficazes para a produção de relatórios financeiros de qualidade.

Na segunda fase, com as informações geradas na composição do banco de dados, foi possível classificar a estrutura organizacional dos comitês em planilha *Microsoft Excel*® e observar se há existência de diversos outros tipos de comitês, além daqueles descritos no *check-list* (comitês estatutários, auditoria, finanças e de remuneração).

A literatura já observava que outros comitês poderiam existir para suprir as necessidades de informação da governança corporativa. Conforme pesquisa desenvolvida por Rossoni e Machado da Silva (2010), sobre institucionalismo organizacional e práticas de governança corporativa, os gestores das empresas podem estabelecer comitês especializados, tantos quantos forem necessários para uma boa aplicação da governança corporativa; contudo os autores não demonstram quais comitês existem nas empresas.

Kitagawa e Ribeiro (2009) observam na ausência de comitês específicos um ponto fraco da governança corporativa, já que a ausência de especificidade representa uma perda de funções que podem gerar conflitos de interesses e desconfiança nos investidores. Partindo dessa perspectiva foi criada uma lista de comitês para divulgar os tipos e diversidade dos comitês existentes.

Na Figura 4 demonstra-se a planilha em *Microsoft Excel*® utilizada para organizar o tratamento dos dados:

Figura 4 - Composição do banco de dados

	A	B	D	E	F	G	H	I
1	Empres	Nome	Ida	Profissã	Orgão administrat	Cargo eletivo ocupado	Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações	
143	5	AREZZO Cláudio Welsoner Cavali	60	Administrad	Pertence apenas ao Cons	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Welsoner Cavali - 198.942.956-49Welsoner Cavali é membro efetivo	
152	5	AREZZO Cláudio Arthur Grynbaum	45	Administrad	Comitê de Estratégia	Membro do Comitê (Efetivo)		
165	5	AREZZO Cláudio Welsoner Cavali	60	Administrad	Comitê de Auditoria, Risc	Membro do Comitê (Efetivo)		
248	10	BEMATECI Virgílio Moreira Filho	56	Administrad	Pertence apenas ao Cons	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Virgílio Moreira Filho - 243.336.039-00Graduado em Administração de En	
257	11	BHG Reginaldo Luchini Olivi	52	Economista	Pertence apenas à Direto	Diretor sem designação específica	Reginaldo Luchini Olivi - 086.289.148-54Formado em Economia pela Po	
268	11	BHG Rubens Mário Marques de	56	Engenheiro(Pertence apenas ao Cons	20 - Presidente do Conselho de Administração	Rubens Mario Marques de Freitas - 026.718.456-50Engenheiro Mecânico-	
283	12	BIOSEV Claude Pierre Ehlinger	51	Administrad	Pertence apenas ao Cons	20 - Presidente do Conselho de Administração	Claude Pierre Ehlinger - 088.913.568-16Claude Pierre Ehlinger - 233.543	
303	13	BMFBOVES Luiz Fernando Figueiredo	50	Administrad	Pertence apenas ao Cons	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Luiz Fenando Figueiredo - 013.124.158-35Administrador de empresas, co	
312	13	BMFBOVES Luiz Fernando Figueiredo	50	Administrad	Comitê de Risco	Coordenador		
329	13	BMFBOVES Luiz Fernando Figueiredo	50	Administrad	Comitê de Assessoramento para o	Membro do Comitê (Efetivo)		
562	20	BRASILAG Eduardo S. Elsztain	53	Empresário(Pertence apenas ao Cons	20 - Presidente do Conselho de Administração	Eduardo S. Elsztain - 000.000.000-00Eduardo S. Elsztain possui experiênc	
583	21	BRF SA Abílio dos Santos Diniz	77	Administrad	Pertence apenas ao Cons	20 - Presidente do Conselho de Administração	Abílio dos Santos Diniz - 001.454.918-20 Administrador de Empresas pela	
918	31	CPFL RENC Alessandro Gregori Filho	33	Economista	Pertence apenas à Direto	Diretor de Novos Negócios	Alessandro Gregori Filho - 745.346.106-53O Sr. Gregori Filho atuou com	
924	31	CPFL RENC Otavio Lopes Castello Bra	54	Engenheiro(Pertence apenas ao Cons	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Otavio Lopes Castello Branco Neto - 055.240.348-20O Sr. Otavio Lopes	
965	33	CREMER Guilherme Bomeny Espalla	31	Engenheiro(Pertence apenas ao Cons	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Guilherme Bomeny Espallargas - 304.770.968-83Juntou-se à Tarpon em j	
969	33	CREMER Guilherme Bomeny Espalla	31	Engenheiro(Comitê de Estratégia e Fi	Membro do Comitê (Efetivo)		
1008	35	CVC BRASI Fernando Heitor Baptista	33	Administrad	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Fernando Heitor Baptista Vaccari - Nascido em 23 de novembro de 1979, o	
1012	35	CVC BRASI Fernando Heitor Baptista	33	Administrad	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)		
1136	39	DIRECION, Laura Ribeiro Henriques	31	Advogado(a)	Comitê Executivo	Membro do Comitê (Efetivo)		
1189	40	DURATEX Tarcila Reis Correa Ursini	39	Advogado(a)	Comitê de Sustentabilidade	Membro Especialista		
1237	42	EMBRAER Marcus Pereira Aucélio	47	Engenheiro(Conselho Fiscal	48 - C.F.(Suplente)Eleito p/Minor. Ordinaristas	Marcus Pereira Aucélio - 393.486.601-87Marcus Pereira Aucélio é atualm	
1449	50	FER HERIN Pedro Gilberto de Souza Gc	54	Contador(a)	Conselho Fiscal	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	Pedro Gilberto de Souza Gomes - 621.379.137-04Formado em Ciências C	
1454	50	FER HERIN José Lucas Alves Rodrigues	47	Administrad	Comitê de Sustentabilidade	Membro do Comitê (Efetivo)		
1585	54	GENERAL S Raimundo L. M. Christians	56	Contabilista	Pertence apenas ao Cons	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Raimundo L. M. Christians - 033.848.668-27Brasileiro, nascido em 1957,	
1611	55	GRENDENE João Carlos Sfrédde	67	Contador(a)	Conselho Fiscal	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	João Carlos Sfrédde - 008.936.920-34Membro do Conselho Fiscal (Supl	
1663	58	HYPERMA Esteban Malpica Fomperosa	62	Contador públ	Pertence apenas ao Cons	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Esteban Malpica Fomperosa - 060.627.497-95O Sr. Malpica é membro do	
1750	62	INDS ROMI Hermes Alberto Lago Filho	60	Engenheiro(Pertence apenas à Direto	Responsável pela área comercial e assistência téc	Formado em Engenharia Mecânica, pela Universidade Federal do Rio Grand	
1767	62	INDS ROMI Stephen Benjamin Duvign	33	Engenheiro(Conselho Fiscal	48 - C.F.(Suplente)Eleito p/Minor. Ordinaristas	Sua experiência profissional: (i) Mauá Sekular Investimentos como sócio; (
1849	65	JHSF PART André Luis Rodrigues	44	Engenheiro(Pertence apenas à Direto	Diretor financeiro	André Luis Rodrigues - 123.569.108-08André Luis Rodrigues, diretor finan	
1863	65	JHSF PART André Luis Rodrigues	44	Engenheiro(Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	André Luis Rodrigues, diretor finan	
2034	72	LOCAMER Francisco Nuno Pontes Co	47	Engenheiro	Pertence apenas ao Cons	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	O Sr. Francisco Nuno Pontes Correia Neves é graduado em Engenharia Mec	
2037	72	LOCAMER Francisco Nuno Pontes Co	47	Engenheiro(Comitê de Gestão de Pess	Presidente do Comitê		
2143	77	LUPATECF Marcelo Marcolino	44	Contador(a)	Pertence apenas ao Cons	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	Contador. Ocupa cargo de Chefia do Departamento de Acompanhamento e	
2210	80	MAGNESIT Rubens Mário Marques de	56	Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração		Graduado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica, Rubens trabalhou como D	
2231	80	MAGNESIT Jose Abramovicz	65	Administrad	Conselho Fiscal		Foi Presidente / CEO de empresas nos setores de bens de consumo, serviços	

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A última fase do tratamento dos dados objetivou a demonstração das interligações entre os diferentes atores de uma rede utilizando-se de figuras através da teoria dos grafos, que tornam os resultados mais compreensíveis, demonstrando uma visualização mais objetiva para interpretação.

De acordo com Rossi *et al* (2013), a observação das interligações fornece uma metodologia importante para a análise dos padrões de interação que ocorrem em um grupo de pessoas. Para isso, a teoria de análise de rede social baseia-se em vários conceitos de teoria dos grafos e teoria estrutural para avaliar as propriedades de rede, tais como densidade, centralidade, conectividade, intermediação e graus.

Contudo, para obtenção dos grafos é necessário que haja a criação de matrizes. As matrizes são estruturas bidimensionais capazes de armazenar dados de um mesmo tipo, e o preenchimento da matriz de dados é o resultado do trabalho coletado na amostra e da codificação dos dados. Para criar as matrizes desta pesquisa foram utilizados, tanto na coluna como na fila, os atores envolvidos e registrou-se as relações entre eles, tendo sido atribuído o valor “1” na existência de interação e “0” para sua inexistência.

Para criar a matriz de dados e poder demonstrá-la, foram utilizados o software *UCINET 6 for Windows versão 6.519* e *NetDraw versão 2.139*, com o intuito de obter o desenho da rede de interligações, descrição dos indicadores de centralidade e densidade, estatística básica de suas propriedades e a análise do comportamento dos atores que compõem a rede. A Figura 5 mostra a representação de uma matriz no programa *UCINET 6*.

De acordo com Lazzarini (2008), centralidade e densidade são medidas que indicam de que forma a rede é estruturada, ou seja, pode-se caracterizar a rede pela forma como se estabelecem os relacionamentos entre os atores. As redes densas permitem que ocorra um fluxo máximo de informações entre os atores. Já nas redes centrais, quanto maior centralidade apresentar um ator, maior capacidade ele terá para acessar outros atores da rede.

A opção por análise das redes segundo Wasserman e Faust (1994), permite identificar comunidades informais, caracterizando seus atores e as formas de ligação, ou seja, descrevendo as relações que ocorrem entre os atores sociais e os padrões associados decorrentes destas interações. Os programas aqui informados não se limitaram à

composição apenas do terceiro objetivo específico, tendo sido também empregados nos demais objetivos.

As informações complexas e extensas do banco de dados foram traduzidas através da teoria dos grafos e ilustradas pela forma gráfica, auxiliando na compreensão dos dados da amostra. Para representação do grafo gerado por uma matriz segue Figuras 6, oriunda do programa *NetDraw*, com apresentação da escala de ordenação de centralidade e densidade.

Figura 5 - Composição da matriz dos dados *UCINET*

UCINET 6 for Windows -- Version 6.519

File Data Transform Tools Network Visualize Options Help

UCINET Spreadsheet - C:\Program Files (x86)\Analytic Technologies\comites4.##h

File Edit Transform Fill Labels Options Help

Note: Column A and Row 1 are for labels only -- if you have none, leave them blank. The data always start in cell B2.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	ID	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria e Finanças	Comitê de Auditoria e Risco	Comitê de Auditoria, Controladoria e Tesouraria	Comitê de Auditoria, Estratégia e Risco	Comitê de Auditoria, Ética, Finanças e Gestão de	Comitê de Auditoria, Risco e Conduta	Comitê de Auditoria, Risco e Finanças	Comitê de Auditoria, Risco e RH	Comitê Interno de Auditoria
2	ANHANGUERA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	AREZZO CD	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
4	B2W DIGITAL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	BMFBOVESPA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	BRASIL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	BRF SA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	BROOKFIELD	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	CCR SA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	CCX CARVAO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	CETIP	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	CIELO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	COSAN	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	CREMER	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
15	CVC BRASIL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	DASA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	DURATEX	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
18	ECORODOVIAS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	EMBRAER	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0

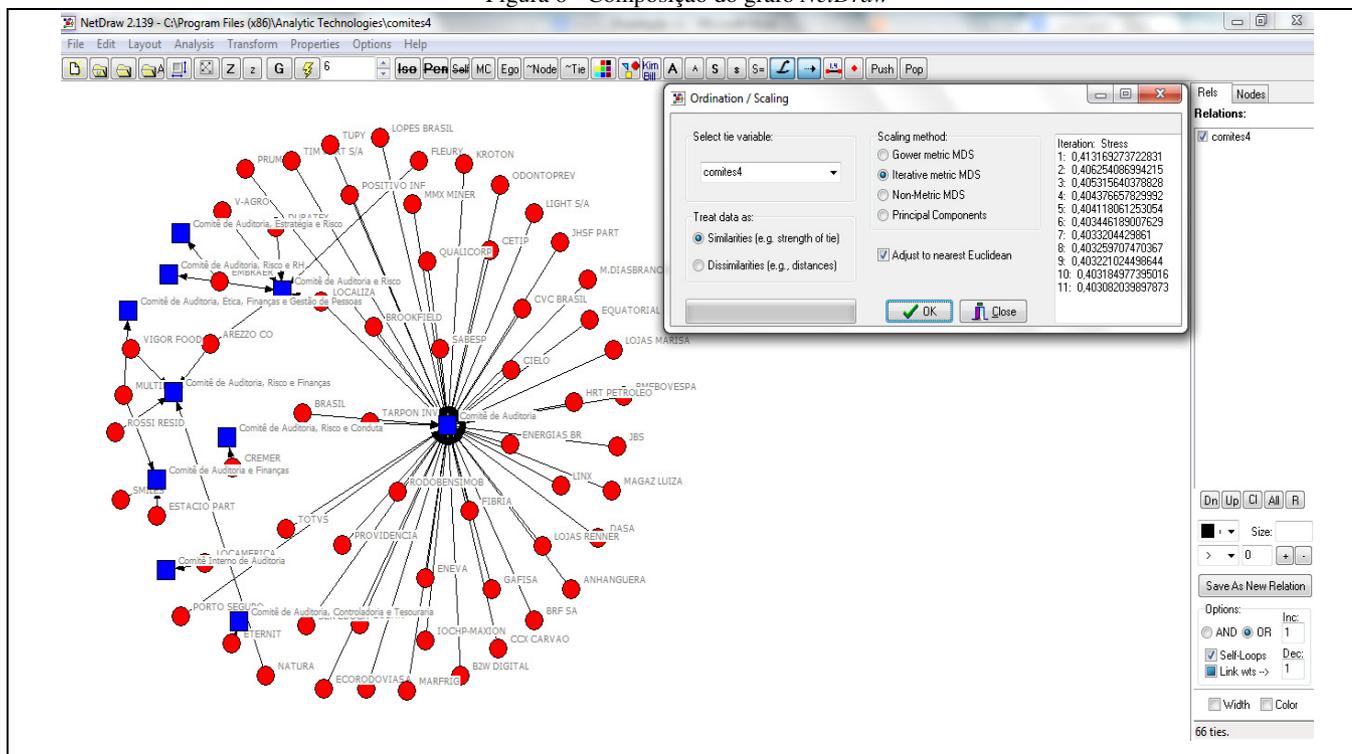
comites4

Current cell:
Row: 1 Col: 1

Matrix dimensions:
Rows: 61 Cols: 10

Mode:
 Normal
 Symmetric

Fonte: Autor, com base em Borgatti, S.P., Everett, M.G. and Freeman, L.C. 2002. *UCINET 6*. (2014)

Figura 6 - Composição do grafo *NetDraw*

Fonte: Autor, com base em Borgatti, S.P. 2002. *NetDraw* (2014).

Foi utilizado, também, o método estatístico de correlação com o intuito de analisar a interação positiva e negativa entre integrantes do comitê de auditoria. Tal prática permite evidenciar se os integrantes do comitê de auditoria participavam simultaneamente em outros comitês, conselhos e órgãos da administração.

Barbetta, Reis e Bornia (2010, p. 316) afirmam:

É importante ressaltar que o conceito de correlação refere-se a uma associação numérica entre duas variáveis, não implicando, necessariamente, relação de *causa-e-efeito*, ou mesmo uma estrutura com interesses práticos. A análise de dados para verificar correlações é usualmente feita em termos exploratórios; a verificação de uma correlação serve como elemento auxiliar na análise do problema de estudo. Ou seja, o estudo da correlação numérica entre a observação de duas variáveis é geralmente um passo intermediário na análise de um problema [...].

Para analisar a correlação foi utilizado o coeficiente de correlação linear de Pearson. O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. Este coeficiente varia entre os valores -1 e 1; onde o valor 0 (zero) significa que não há relação linear,; o valor 1 indica uma relação linear perfeita. O valor -1, por sua vez, também indica uma relação linear perfeita, mas inversa, ou seja, quando uma das variáveis aumenta, a outra diminui. Quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis.

Quadro 3 - Legenda do coeficiente de correlação

Coefficiente de correlação	Correlação
$r = 1$	Perfeita positiva
$0,8 \leq r < 1$	Forte positiva
$0,5 \leq r < 0,8$	Moderada positiva
$0,1 \leq r < 0,5$	Fraca positiva
$0 \leq r < 0,1$	Ínfima positiva
0	Nula
$-0,1 < r < 0$	Ínfima negativa
$-0,5 < r \leq -0,1$	Fraca negativa
$-0,8 < r \leq -0,5$	Moderada negativa
$-1 < r \leq -0,8$	Forte negativa
$r = -1$	Perfeita negativa

Fonte: Adaptado de Barbetta, Reis e Bornia (2010).

O coeficiente de correlação de Pearson é normalmente representado pela letra r e a sua fórmula de cálculo é:

Figura 7 - Fórmula do coeficiente de correlação de Pearson

$$r = \frac{\sum (x - \bar{x})(y - \bar{y})}{\sqrt{\sum (x - \bar{x})^2 \sum (y - \bar{y})^2}}$$

Fonte: Adaptado de Barbeta, Reis e Bornia (2010).

4 ESTRUTURAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados das análises inicialmente propostas de identificação das características e interligações dos membros do comitê de auditoria, de todas as empresas brasileiras com o maior nível de governança corporativa listadas na bolsa de valores, mercadorias e futuros de São Paulo. O segmento “Novo Mercado” foi escolhido por se tratar do maior nível, tanto de transparência quanto de boas praticas de governança corporativa, aplicados atualmente no Brasil.

Para consecução do objetivo principal foram estabelecidos quatro objetivos específicos. O critério para determinar a especificidade é de suma importância para que se alcance a intenção inicial da pesquisa. Sendo assim, os procedimentos escolhidos foram essenciais para construir o resultado final. O amparo metodológico, a segurança dos dados e o suporte na literatura foram itens de extrema importância para efetivação da análise dos resultados.

4.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO BANCO DE DADOS

Para garantir a qualificação e segurança das informações, o processo de captação e tratamento do banco de dados exigiu um elevado dispêndio de esforço físico e quantidade de horas trabalhadas. Após *download* de todos os arquivos dos formulários em *layout .fre*, na página eletrônica da BM&FBovespa, os arquivos foram importados para o programa *EmpresasNet* e exportados para o formato *.pdf*, possibilitando a leitura integral de todos os itens e subitens do formulário.

Com os arquivos disponíveis para leitura, foram analisados 134 formulários de referência, com a média de 350 páginas por formulário, dos quais 132 foram selecionados e apenas 2 foram excluídos.

Os formulários selecionados tiveram a captura integral dos seguintes itens e subitens: *i)* 12.6 / 8 composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal; e *ii)* 12.7 composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração, em planilha Microsoft Excel®. Outras informações sobre os programas utilizados e demais procedimentos aplicados estão descritos na seção metodológica.

4.2 CARACTERÍSTICAS DO COMITÊ DE AUDITORIA

Para a identificação das características do comitê de auditoria, inicialmente, foram localizados dentro do banco de dados todos os comitês em que a palavra-chave “auditoria” estava inserida. Foi observado que, além do nome “comitê de auditoria” aqui denominado como comitê de auditoria clássico – CAC, foram encontrados outros tipos de comitês conjugados com a palavra-chave, aqui denominados comitês de auditoria abrangente – CAA. Este último CAA obteve a reclassificação do nome original para nomes similares, conforme demonstrado a seguir.

Também foram incluídos no banco de dados todos os outros tipos de comitês e conselhos divulgados – COA. Por essa razão o estudo analisou, através da métrica de distinção criada nesta pesquisa, os tipos de informações divulgadas que são requeridas, segregando-os em 3 índices: *i*) comitês de auditoria clássico – CAC; *ii*) comitês de auditoria abrangente – CAA; e *iii*) outros comitês, conselhos e órgãos da administração – COA.

Para o CAC foram considerados apenas os comitês divulgados com a expressão “Comitê de Auditoria”; já para o CAA a pesquisa mostrou que as empresas divulgam o comitê de auditoria conjugado a outros comitês, o que em suma demonstra que o comitê de auditoria atua em outras funções, além da função clássica da auditoria.

Neste sentido foram identificados todos os comitês que divulgam a expressão “auditoria” e estão conjugados a outros comitês. Contudo, foi observado que muitos comitês têm expressões e formatos de escrita diferentes, mas com o mesmo teor organizacional, razão pela qual foram padronizados para viabilizar a análise.

Foi criada, então, uma métrica de classificação “DE” – “PARA” com o objetivo de organizar os dados e não distorcer a função do comitê. No Quadro 4 segue composição da padronização dos dados.

Quadro 4 - Organização do comitê de auditoria abrangente

DE:	PARA:
Comitê de Auditoria e Finanças Comitê de Finanças, Auditoria	Comitê de Auditoria e Finanças
Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos Comitê de Auditoria e Risco Comitê de Auditoria e Riscos Coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos	Comitê de Auditoria e Risco
Auditoria, Risco e Conduta	Comitê de Auditoria, Risco e Conduta
Comitê de Auditoria e Risco e Comitê de Recursos Humanos	Comitê de Auditoria, Risco e RH
Comitê de Auditoria, Controladoria e Tesouraria	Comitê de Auditoria, Controladoria e Tesouraria
Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças	Comitê de Auditoria, Risco e Finanças
Comitê de Estratégia e Comitê de Auditoria e Risco	Comitê de Auditoria, Estratégia e Risco
Comitê de Ética e Gestão de Pessoas / Comitê de Finanças, Auditoria.	Comitê de Auditoria, Ética, Finanças e Gestão de Pessoas
Comitê Interno de Auditoria - Não atende aos requisitos instituídos pela Instrução CVM nº 308.	Comitê Interno de Auditoria

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Quanto ao COA, os itens foram coletados e não padronizados para demonstrar a complexidade da estrutura organizacional, a sua quantidade, os tipos e a diversidade dos comitês existentes. Tal intenção se justifica pela amostra estar composta por empresas com maior nível de governança corporativa e por se acharem sujeitas a maior evidência e transparência de seus atos.

A demonstração do COA reflete na possibilidade de identificar quais as estruturas utilizadas para manter mecanismos de segurança, defesa e ação na transparência do que é divulgado aos investidores. A pesquisa deste item também mostra a análise das interligações com o comitê de auditoria clássico e o abrangente.

Contudo, para não distorcer a análise desta seção que apresenta as características do comitê de auditoria, a Tabela 2 demonstra somente as frequências do CAC e CAA. O COA foi retirado desta seção e foi evidenciado posteriormente por não apresentar nenhum comitê relacionado com a palavra-chave “auditoria”.

A Tabela 2 mostra a quantidade de empresas que possuem o comitê de auditoria clássico e aquelas que constituíram o comitê abrangente. Com esta demonstração é possível verificar que o comitê de auditoria clássico é ainda o mais utilizado pelas empresas que instituem o comitê. Constata-se, contudo, que a constituição de um comitê de auditoria abrangente é uma nova característica do comitê de auditoria.

Tabela 2 - Indicadores do comitê de auditoria clássico e abrangente

Nome dos comitês	ID	Frequência	Percentual
Comitê de Auditoria, Controladoria e Tesouraria	CAA	1	2%
Comitê de Auditoria, Estratégia e Risco	CAA	1	2%
Comitê de Auditoria, Ética, Finanças e Gestão de Pessoas	CAA	1	2%
Comitê de Auditoria, Risco e Conduta	CAA	1	2%
Comitê de Auditoria, Risco e RH	CAA	1	2%
Comitê Interno de Auditoria	CAA	1	2%
Comitê de Auditoria e Finanças	CAA	3	5%
Comitê de Auditoria, Risco e Finanças	CAA	4	6%
Comitê de Auditoria e Risco	CAA	6	9%
Comitê de Auditoria	CAC	47	71%
Total		66	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A amostra é composta de 132 empresas sendo que em 66 delas foi identificada a existência tanto do comitê clássico quanto do comitê abrangente. Tais números demonstram que 50% da amostra selecionada

possui comitê de auditoria. Assim, a limitação encontrada por Cunha *et al* (2013) quanto à pequena quantidade de empresas que possui o comitê se repete nesta pesquisa. A verificação de um segmento com maior nível de governança corporativa não é sinônimo de que as empresas instalem o comitê de auditoria, apesar de ele ser um item de elevado cunho de segurança, transparência e qualidade das informações financeiras.

Uma forte característica evidenciada se refere ao padrão do comitê de auditoria criado pelas empresas. O clássico ainda é o mais utilizado, com índice de 71%, enquanto o abrangente corresponde ao restante de 29%. Isso evidencia uma nova característica dos comitês de auditoria que é a expansão da sua abrangência dentro dos órgãos da empresa, envolvendo novas áreas de atuação.

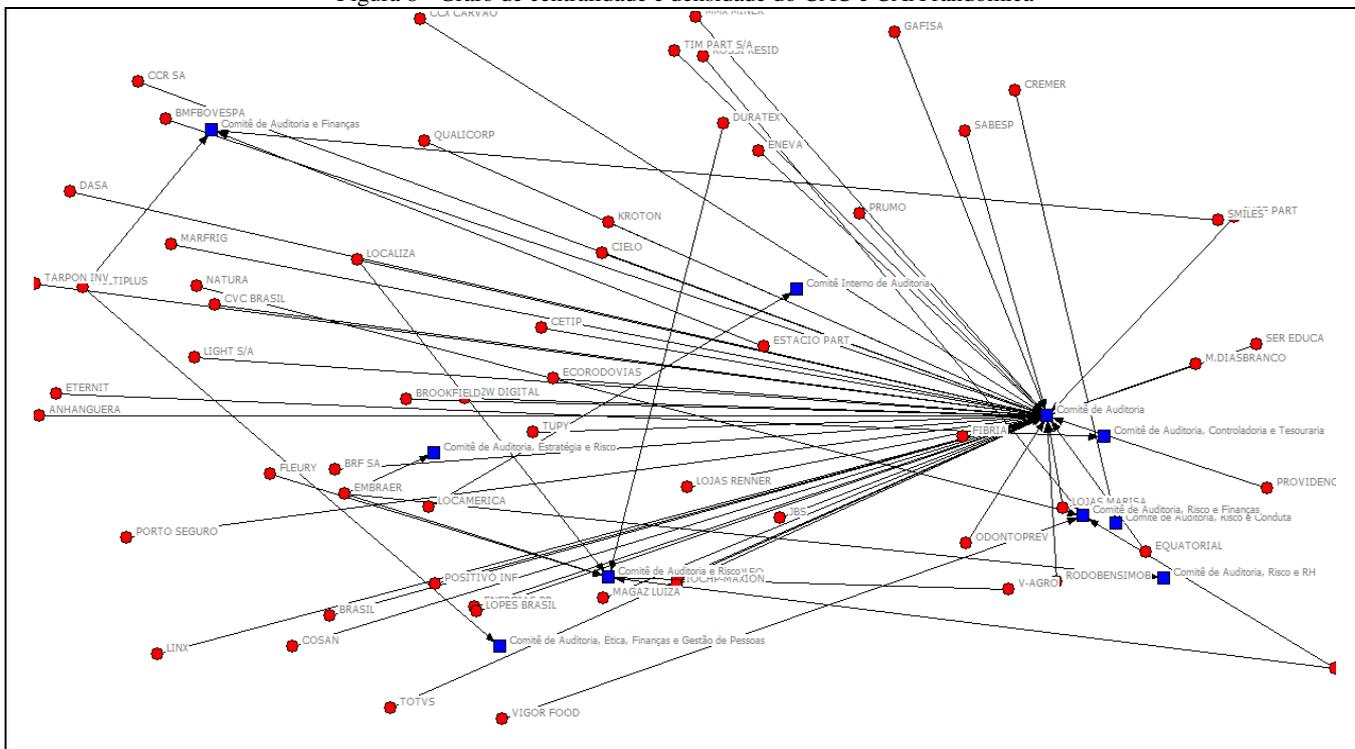
Observando os comitês de forma separada, em comparação com o total da amostra, é possível evidenciar que o clássico corresponde a 47 das 132 empresas (36%) da amostra total, e o abrangente corresponde a 19 das 132 (14%). Na literatura não foi encontrado indício da forma de composição abrangente e o que ela possa significar para as empresas.

Neste sentido essa característica “abrangente” é colocada como uma forte evidenciação para ser analisada em pesquisas futuras, observando variáveis de análises estatísticas para comparação entre períodos, resultados e formação do comitê, dentre outros que possam evidenciar a sua atribuição.

Ainda observando de forma separada o CAC e o CAA, foi utilizado o programa *UCINET 6* para montar uma matriz de dados com o objetivo de mostrar a interação das empresas com os comitês de auditoria, seja ele clássico ou abrangente. Por meio do programa *NetDraw versão 2.139* foi possível gerar duas estruturas de grafo que demonstra a interação.

Uma das formas mais habituais de análise de redes sociais consiste em identificar os atores com maior destaque e que estejam com maior frequência, se tornando atores “centrais” em uma rede. Conforme se pode verificar na Figura 8, a direção dos nós está totalmente voltada ao ator com maior interação, neste caso para o CAC. Para Wasserman e Faust (1994), a centralidade pode ser vista como uma propriedade dos atores, inseridos em uma determinada rede.

Figura 8 - Grafo de centralidade e densidade do CAC e CAA randômica



Fonte: Autor, com base em Borgatti, S.P. 2002. *NetDraw*. (2014).

Alterando a Figura 8, randômica, para a Figura 9, escalonada e ordenada, é possível mostrar através de forma mais ampla a centralidade do CAC, que se utiliza da circunferência de um globo para demonstrar a centralidade diante das empresas e dos outros comitês do CAA. Por meio disso é possível identificar que no alto a esquerda o comitê de auditoria e risco, teve seis interações, é o mais próximo da centralidade do CAC.

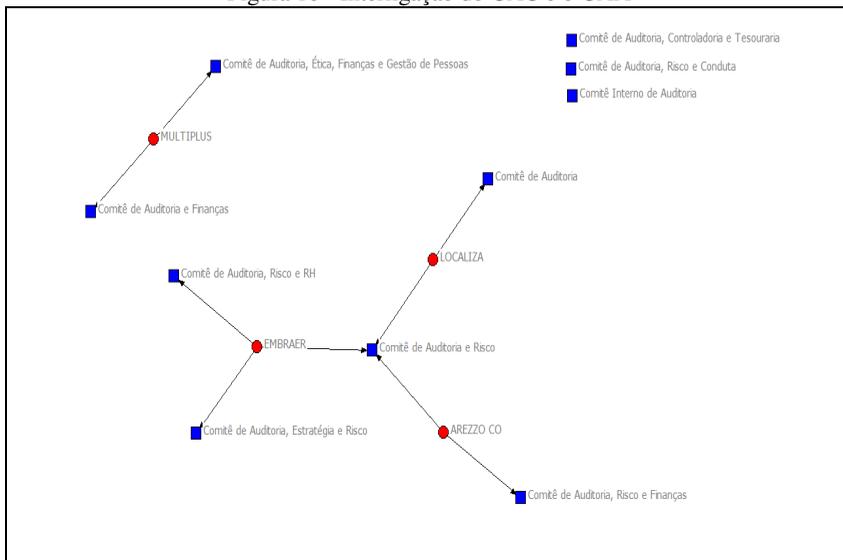
Também se observou neste item que 3% da amostra apresentou mais de um comitê com a especificidade de auditoria. Isso significa que 4 empresas têm em seu quadro organizacional mais de um comitê de auditoria. Na Figura 10 são demonstradas as 4 empresas que apresentaram mais de um comitê de auditoria.

A EMBRAER, por exemplo, se destaca por ter o maior número de comitês com a palavra-chave auditoria. Nela foram identificados três: comitê de auditoria e risco; comitê de auditoria, risco e rh; e o comitê de auditoria, estratégia e risco. Observa-se, também, que a palavra risco se repete nos três comitês.

Isso está de acordo com os critérios de boas práticas de governança corporativa implantada pela empresa. Na página eletrônica do Valor Econômico, de janeiro de 2012, a notícia destaca que a EMBRAER começava a formar comitês de auditoria para atender os dispositivos de boas práticas de governança corporativa emanadas pelos órgãos IBGC e CVM (FALCÃO, 2012). Todavia, nesta análise se observou que a empresa não possui o comitê com a sua estrutura clássica. A empresa informa, porém, que o comitê de auditoria e risco tem os poderes do clássico.

O Comitê de Auditoria e Risco da EMBRAER também exercerá as funções de (i) Comitê de Auditoria (*Audit Committee*) para os fins da legislação norte-americana, especialmente o "*Sarbanes-Oxley Act*", e de (ii) Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Instrução 509, de 16 de novembro de 2011 ("Instrução CVM 509"), da Comissão de Valores Mobiliários [...] (FORMULÁRIO DE REFERENCIA – EMBRAER, 2014).

Figura 10 - Interligação do CAC e o CAA



Fonte: Dados da pesquisa (2014), com base em Borgatti, S.P. 2002. NetDraw (2014).

A única daquelas empresas que tiveram mais de um comitê de auditoria e apresentou o comitê clássico, já na estrutura do item 12.6 / 8 e 12.7, foi a LOCALIZA. Ela possui o comitê de auditoria e o comitê de auditoria e risco. A AREZZO também teve duas interações; uma com o comitê de auditoria e risco e outra, com o comitê de auditoria, risco e finanças. Esses também tiveram a interação com o comitê de risco.

A MULTIPLUS foi à única empresa com mais de uma interação e que não teve a interação do comitê de risco. Ela possui em seu quadro organizacional dois comitês, que são eles: o comitê de auditoria e finanças e o comitê de auditoria, ética, finanças e gestão de pessoas. Cabe destacar, contudo, que também o comitê de finanças teve representatividade nesta amostra.

A composição do comitê de auditoria (quantidade de integrantes) é outra característica aprofundada na literatura nacional, demonstrando a média de integrantes dentro do comitê das empresas brasileiras. O IBGC (2009) nada diz a respeito da quantidade ideal de integrantes para a formação do comitê.

Alguns autores, contudo, como o caso de Chiodini et al (2013) relata que em 30,5% da sua amostra não foi possível verificar a quantidade de integrantes. E onde foi possível constatar, a maioria se

concentra entre 3 e 4 integrantes, sendo a média calculada de 4,1 integrantes por comitê. Diferente do exposto por Silveira e Ito (2008), que obteve uma média de 3,2 a 3,5 integrantes.

Pelo fato dos autores não identificarem se os comitês de auditoria analisados tiveram a influencia de outro comitê (abrangente), nesta etapa foram utilizados apenas os comitês de auditoria clássicos visando manter um mesmo critério de comparação dos dados entre as pesquisas. A Tabela 3 apresenta o resultado nas 132 empresas pesquisadas:

Tabela 3 - Quantidade de integrantes no CAC

Quantidade de Integrantes	Frequência	Percentual
1 integrante	1	2,1%
2 integrantes	6	12,8%
3 integrantes	30	63,8%
4 integrantes	6	12,8%
5 integrantes	3	6,4%
6 integrantes	1	2,1%
Total	47	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O segmento Novo Mercado apresentou uma frequência elevada relativamente a empresas que não possuem o comitê de auditoria. E este item se reflete como um ponto negativo para este segmento que, pela sua especificidade, deveria adotar tal comitê objetivando trazer maior nível de boas práticas de governança corporativa.

Já naquelas empresas que possuem o comitê, a composição com maior frequência é a de 3 integrantes; resultado este idêntico aos apresentados por Chiodini et al (2013) e Silveira e Ito (2008). Entretanto, os comitês com mais de quatro integrantes representaram 21,3% desta análise, demonstrando que em 85,1% das empresas que constituem o comitê de auditoria o fazem com mais de três integrantes.

O número ideal de integrantes do comitê de auditoria não é determinado ou aconselhado pelos códigos de boas práticas de governança corporativa do IBGC e CVM. Todavia, muito se discute em pesquisas internacionais e nacionais relativamente a sua importância e benefícios.

Para Kent, Routledge e Stewart (2010) quanto maior a quantidade de integrantes no comitê de auditoria maior a variedade de conhecimentos existentes para o desempenho eficaz das atividades. Contudo Aldamen *et al* (2012) relata que comitês de auditoria menores, com melhor conhecimento e experiência financeira são associados com

melhor desempenho econômico. Yang e Krishman (2005) constataram que um comitê menor pode ser mais funcional e melhor supervisionar os relatórios financeiros.

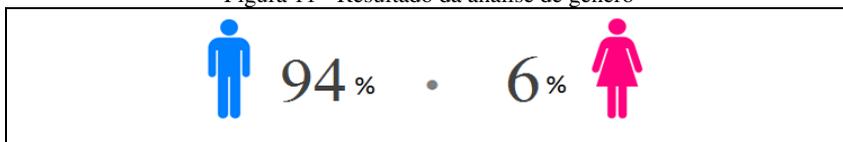
Embora o número de integrantes esteja dividindo opiniões sobre sua efetividade, é certo afirmar que nem sempre a quantidade corresponde à qualidade. Sob o ponto de vista da efetividade de ações, um comitê pode ser menor e mais ágil nas decisões, contudo, o maior pode estabelecer uma discussão mais ampla sobre os relatórios e informações financeiras.

O IBGC (2009) aponta que a especificidade da organização e o seu estágio de governança são determinantes para a escolha dos integrantes do comitê, que deve reunir, na medida do possível, um amplo espectro de áreas de conhecimento, não só diretamente relacionadas às atividades da organização, mas também trazendo experiências que se somem para o desempenho das distintas funções a ele atribuídas.

Outro fator explorado nesta pesquisa foi encontrar as características de gênero masculino e feminino dos integrantes do comitê. Observou-se que do total de 207 integrantes apenas 13 eram mulheres; isso corresponde a apenas 6% do total de integrantes do gênero feminino. Como tal abordagem não foi encontrada na literatura tornou-se impossível dar amparo aos dados encontrados.

Algumas questões na sociedade são tratadas como desnecessárias ou secundárias, como se fossem discussões superadas. A elevada diferença encontrada pode significar (ou certamente evidenciar) que as mulheres ainda gozam de menor prestígio no meio empresarial, ao menos em posições de destaque.

Figura 11 - Resultado da análise de gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Outro fato evidenciado corresponde à faixa etária dos integrantes do comitê de auditoria. A experiência absorvida ao longo do tempo de vida pessoal e profissional pode ser um ativo intangível de elevada sofisticação. Porém, o avanço da tecnologia a favor da qualificação de jovens profissionais consegue trazê-los cada vez mais cedo para cargos de supervisão das empresas.

DeFond, Hann e Hu (2005) verificaram a reação do mercado quando são nomeados integrantes jovens para o comitê de auditoria, e constataram que o mercado responde de forma positiva apenas quando os integrantes jovens têm conhecimento em auditoria e especialidade contábil.

Quando um profissional jovem assume uma função relevante há maior interesse em verificar se possui as qualificações necessárias para assumi-la. Se o novo integrante tiver plenas habilitações técnicas para desenvolver seu trabalho será facilmente aceito pelo grupo.

Carcello *et al* (2011) verificaram a experiência financeira e o conhecimento de gestão geral dos membros do comitê de auditoria e sua relação com o gerenciamento de resultados. Constataram que a experiência financeira reduz problemas com o gerenciamento de resultados. Contudo, mostraram que as decisões sempre vêm precedidas de estudos, fatos e constatações. Evidenciaram que indivíduos que tiveram obstáculos para alcançar seus objetivos na sua trajetória social e profissional estão sujeitos a serem mais críticos e conservadores, ao contrário daqueles que foram impulsionados sem ter a mesma dificuldade.

Apresenta-se na Tabela 4 a classificação dos integrantes do comitê de auditoria por faixa e gênero.

Tabela 4 - Composição faixa etária por idade do CAC e CAA

Faixa Etária	Frequência	Percentual	Masculino	%	Feminino	%
Abaixo de 35	13	6,28%	13	6%	0	0%
36 a 45	43	20,77%	40	19%	3	1%
46 a 55	43	20,77%	39	19%	4	2%
56 a 65	57	27,54%	51	25%	6	3%
Acima de 66	51	24,64%	51	25%	0	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Com base nos dados da amostra foi observado que a idade inicial é 26 anos e a final é 82 anos; evidenciando uma diferença de seis décadas entre as duas gerações (inicial e final). A Tabela 4 demonstra em escala intencional a frequência dos grupos. A análise evidenciou que o comitê de auditoria é principalmente composto por pessoas do gênero masculino com idade superior a 56 anos.

A escala intencional foi utilizada para estabelecer a cada faixa etária uma relação de quantidade de frequência. Utilizou-se como fator de limitação a idade de 66 anos por se entender que a partir desta faixa

etária o profissional legalmente já pode requerer a sua aposentadoria, conforme estipulam as normas previdenciárias do Brasil.

Para continuidade da análise das características dos integrantes do comitê de auditoria, foram identificadas as suas respectivas formações profissionais. Naiker, Sharma e Sharma (2013) observaram que muitos comitês de auditoria apresentam integrantes com formações profissionais variadas o que pode prejudicar a análise técnica dos relatórios financeiros.

Para o caso da amostra também foi encontrada diversidade nas formações profissionais. A formação com maior frequência não é na área contábil ou financeira, que a literatura aponta como sendo as mais eficazes. Contudo a formação profissional não limita o individuo a especializar-se ou ganhar conhecimento prático sobre o assunto. Este item é aprofundado na última análise deste capítulo, onde identifica a *expertise* dos integrantes do comitê.

Analisando os dados da amostra foi identificado que a profissão que apresentou maior frequência foi a Engenharia, correspondendo a 26% de todos os integrantes do comitê. Todavia, nesta seção foram consideradas todas as modalidades da Engenharia, por exemplo, Civil, Elétrica, Mecânica, Produção, entre outras.

Na segunda colocação está a formação em Economia, com 24%; a Administração vem em seguida, com 21%; e a Contabilidade é a quarta, com 17%. Outras profissões, como o Direito, teve a equivalência de 7%; e as demais, como Arquitetura, Física, História, Jornalismo, Odontologia, Medicina e Tecnólogo, juntas obtiveram o percentual de 3%. As empresas que não informaram a formação de seus integrantes corresponderam a 2%.

Somando-se os percentuais das profissões Economia, Administração e Contabilidade, que correspondem à área financeira assim denominada nesta pesquisa, tem-se um total de 62%, corroborando a predominância de formação profissional na área financeira. Já as demais, incluindo Engenharia, Direito, Outras e aquelas que não informaram, correspondem a 38%. Apresenta-se na Tabela 5, o *ranking* da formação profissional.

Tabela 5 - Demonstração da formação profissional

Ranking	Formação Profissional	Frequência	Percentual
1º	Engenharia	59	25,76%
2º	Economia	54	23,58%
3º	Administração	49	21,40%
4º	Contabilidade	39	17,03%
5º	Direito	16	6,99%
6º	Outras	7	3,06%
7º	Não informa	5	2,18%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Formação profissional, no seu contexto geral, significa as atividades que visam à aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidas para o exercício das funções de uma profissão. É, portanto, uma metodologia que difere da "educação" no sentido em que se especializa na experiência profissional e é voltada para a aquisição de competências profissionais. Formação profissional é igual à formação pessoal, como no caso do estudo de um tema ou matéria em particular, no âmbito de uma investigação. Formação profissional é de âmbito prático e formação pessoal do âmbito teórico, do estudo, do ensino.

Thiruvadi e Huang (2011) observam que para serem eficazes não basta os comitês de auditoria apresentar integrantes com diversas características. Eles devem utilizar pessoas com formação contábil ou financeira para que saibam desempenhar as funções do comitê corretamente.

Observou-se, ainda, conforme identificado na Tabela 6, que alguns integrantes tinham mais de uma formação profissional:

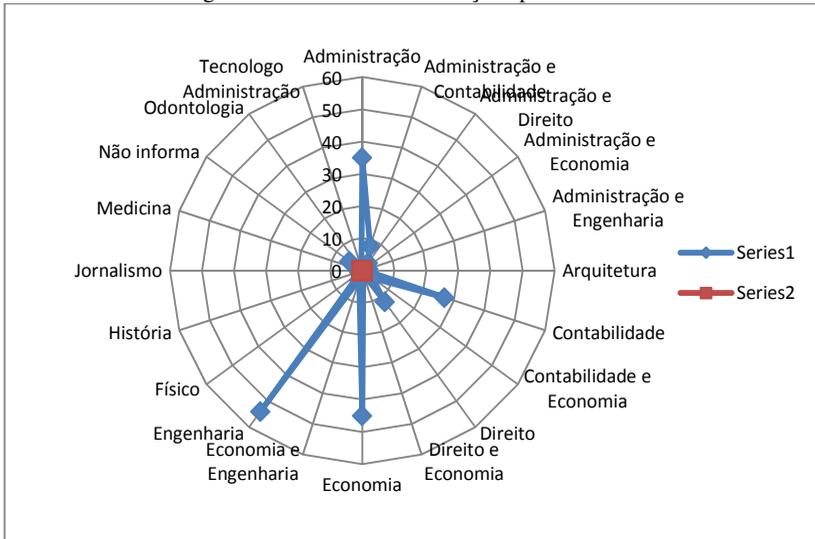
Tabela 6 - Demonstração de todas as formações profissionais

Formações Profissionais	Frequência	Percentual
Administração	35	16,91%
Administração e Contabilidade	8	3,86%
Administração e Direito	3	1,45%
Administração e Economia	1	0,48%
Administração e Engenharia	2	0,97%
Arquitetura	1	0,48%
Contabilidade	27	13,04%
Contabilidade e Economia	4	1,93%
Direito	12	5,80%
Direito e Economia	1	0,48%
Economia	45	21,74%
Economia e Engenharia	3	1,45%
Engenharia	54	26,09%
Físico	1	0,48%
História	1	0,48%
Jornalismo	1	0,48%
Medicina	1	0,48%
Não informa	5	2,42%
Odontologia	1	0,48%
Tecnólogo Administração	1	0,48%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ao verificar este item foi identificado que as formações que mais se relacionam são: Administração e Contabilidade, seguido de Contabilidade e Economia. Também o curso que mais se relaciona com outros cursos é o de Administração. Demonstra-se na Figura 12, em forma de radar, a escala de todas as profissões encontradas na pesquisa.

Figura 12 - Gráfico das formações profissionais



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

As informações das experiências profissionais, divulgadas no formulário de referência, aliadas ao resultado da formação profissional, permitiram analisar outra importante característica que atualmente é a mais debatida no ambiente acadêmico e profissional: a *expertise* financeira.

Essa característica foi respondida em duas partes. A primeira, corresponde a classificá-los como sendo especialistas financeiros (*expertise*). Para isso, foi verificado em sua totalidade, se todos os integrantes possuem formação profissional nas áreas ligadas a finanças, como por exemplo, Administração, Contabilidade e Economia.

Em seguida, foi verificada a descrição do histórico e experiência profissional de cada integrante onde divulgam suas experiências profissionais. Nesta etapa foi possível analisar que os integrantes, mesmo não tendo formação profissional nas áreas de finanças, cursaram especializações e ou tiveram experiências atuando diretamente nestas áreas; o que possibilita ter o conhecimento necessário para analisar de forma crítica os debates, resultados e demonstrações financeiras.

O levantamento dessas informações viabilizou quantificar o percentual de integrantes que apresentam a *expertise* financeira. O índice de quem apresenta conhecimento financeiro ficou em 84%. Do

total dos 207 integrantes, 175 apresentam esta característica e apenas 32 não apresentam a *expertise* financeira.

Figura 13 - Resultado da *expertise* financeira do CAC e CAA



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Embora seja um percentual elevado, só foi possível chegar a ele através da consulta do histórico de experiências profissionais de cada integrante, o que revelou algumas peculiaridades. É o caso, por exemplo, de um integrante do comitê de auditoria que possui formação profissional em história, mestrado em administração, e doutorado e pós-doutorado em contabilidade. Se a análise se ativesse apenas a sua formação primária ele seria excluído, indevidamente, do grupo que possui essa característica de *expertise*, o que prejudicaria os resultados desta pesquisa.

Abaixo o caso descrito acima que justificou a verificação das experiências dos integrantes.

O Sr. Coelho, 66 anos, é brasileiro, graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (1976), Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981), com Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2007) e Pós-Doutorado em Contabilidade na FEA-USP (2008). Foi Presidente e Diretor Financeiro do Banco do Estado do Ceará – BEC e foi funcionário de carreira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, onde passou por diversas funções de gestão até atingir o cargo de Superintendente Financeiro. É professor adjunto do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração, Atuárias, Contabilidade, Secretariado Executivo e Finanças da Universidade Federal do Ceará – FEAAC-UFC. Leciona na Graduação, Cursos de Especialização e no Mestrado em Administração e Controladoria (Programa de Pós Graduação em Administração e Controladoria), da mesma Universidade. Tem

experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando principalmente nos seguintes temas: Eficiência Informacional da Contabilidade, Informatividade da Contabilidade (Antecipação Assimétrica de Perdas Econômicas/Conservadorismo Condicional), Gerenciamento de Resultados Contábeis, Mercado de Capitais, Análise Fundamentalista de Investimentos e Estrutura de Capital. Tem artigos publicados nos principais periódicos científicos brasileiros da área (RAE, RAC, RC&F, BBR, BAR, REA, dentre outras) (FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – M.DIASBRANCO, 2014).

A segunda parte consistiu em verificar se os comitês de auditoria das empresas atendem os critérios do guia de orientação para melhores práticas de comitê de auditoria e o código das melhores práticas de governança corporativa do IBGC (2009). Conforme orientação do IBGC, o comitê de auditoria das empresas deverá ser composto em sua maioria, ou ao menos um, por profissionais com qualificação na área de finanças (especialmente princípios contábeis, controles internos sobre demonstrações financeiras e procedimentos usuais de auditoria).

Liu, Tiras e Zhuang (2014) investigaram se a *expertise* é um fator que influencia nas expectativas de lucros e concluíram que a inclusão de um integrante com *expertise* no comitê de auditoria reduz as provisões de lucros não realizados. Os resultados, também, são menos suscetíveis a mostrar lucros não realizáveis. Já Kenue e Johnstone (2012) realizaram um levantamento em relação às características do comitê de auditoria e fizeram uma análise sobre relatórios financeiros. Os resultados revelaram que onde há comitês de auditoria com maior *expertise* financeira é menos provável que aconteça distorções relevantes em suas demonstrações, em comparação com os comitês com menos experiência.

Singhvi, Raghunandan e Mishra (2013) destacam que pelo menos um entre os integrantes do comitê deve ter *expertise* financeira para dirimir questões de cunho técnico. Para Erkens e Bonner (2013) as empresas que não têm integrantes com *expertise* financeira no comitê de auditoria são prejudicadas na análise técnica das demonstrações financeiras, e esse fato deve ser divulgado nos relatórios da administração. Aldamen *et al* (2012) ressalta que comitês formados por membros com maior *expertise* financeira trazem melhores resultados do

que comitês sem essa característica. Naiker, Sharma e Sharma (2013) relatam que comitês de auditoria que apresentam integrantes com características variadas e sem *expertise* financeira não são tão eficazes quanto os comitês cujos membros possuem formação e conhecimento em finanças.

Diante do exposto na literatura, que aponta os benefícios de compor o comitê de auditoria com integrantes que possuem a *expertise* financeira, é apresentado nas Tabelas 7 e 8 a conformidade de integrantes com *expertise* dentro do comitê de auditoria de cada empresa. É possível identificar nestas tabelas que o segmento novo mercado está de acordo com o que estipula as sugestões de boas práticas de governança corporativa.

Tabela 7 - Demonstração da *expertise* do CAC

Conformidade	Empresas	Escala
50%	4	0,08511
67%	11	0,23404
75%	2	0,04255
80%	1	0,02128
83%	1	0,02128
100%	28	0,59574

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Observando apenas as empresas que possuem comitê de auditoria clássico, na Tabela 7 é possível evidenciar em todas elas conformidade acima de 50%. Isso significa que, no mínimo, a metade dos integrantes do comitê tem *expertise* financeira. Além disso, e com maior significância, é demonstrado que quase 60% das empresas constituem comitê de auditoria onde todos os integrantes tem *expertise* financeira.

Estas informações revelam que as empresas desse segmento, que compõem o comitê de auditoria clássico, cumprem com as sugestões de boas práticas de governança corporativa e estruturam os seus comitês com integrantes capazes de identificar, debater e corrigir problemas que possam surgir em suas demonstrações financeiras.

Na Tabela 8 foram demonstradas as conformidades do comitê de auditoria abrangente:

Tabela 8 - Demonstração da *expertise* do CAA

Conformidade	Empresas	Escala
50%	2	0,14286
67%	4	0,28571
75%	2	0,14286
80%	1	0,07143
86%	1	0,07143
100%	4	0,28571

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Neste grupo a escala de conformidade também ficou acima de 50%. Contudo, sua distribuição foi em menor proporção, o que a caracteriza como mediana para os seis tipos de conformidade. Isso corresponde a um menor número de empresas com a totalidade de integrantes com *expertise*.

Diante disso, é possível concluir que, quanto à característica da *expertise*, o resultado encontrado foi satisfatório, bem como condizente com o segmento pesquisado e as sugestões de governança corporativa emanadas pelo IBGC e CVM. Isso porque em todas as empresas que constituíram o comitê, seja clássico ou abrangente, mais da metade de seus membros possuía conhecimento financeiro. Contudo, este resultado revelou, também, que a criação de um comitê de auditoria clássico implica em maior nível de conhecimento financeiro em comparação com o comitê de auditoria abrangente.

4.3 DEMONSTRAÇÃO DA DIVERSIDADE E TIPOS DE COMITÊS

Há muitas definições formais que descrevem o que é um comitê, mas a essência de toda essa definição pode ser simplificada, no ambiente empresarial, como "um grupo de pessoas que tenta realizar algo (o objetivo) que não pode mais ser bem realizado de outra forma". O sucesso de qualquer comitê requer a compreensão do alcance, do objetivo. Cada comitê tem um propósito. Desse modo, se não houver conhecimento do que se está tentando realizar, ou se não houver nenhum propósito, não existe razão para haver um comitê.

Além de um propósito, as pessoas são itens indispensáveis em qualquer comitê. Se o objetivo pode ser realizado por uma ou duas pessoas, sem um grupo, então não será necessário compor um comitê.

Se, para realizar o seu propósito é necessário um grupo, então é preciso formar um comitê, constituído pelas pessoas certas (capacidade de decisões) e os processos e procedimentos corretos.

Eminet e Guedri (2010), diante de evidências indicando a ineficiência do mercado de trabalho, visualizaram a necessidade de reformar o modo como os administradores são nomeados. Em particular, vários relatórios sobre governança corporativa salientaram a necessidade de modificar o processo de nomeação de diretores através da criação de comitês de nomeação. A missão desses comitês especializados é definir os perfis da administração necessários no quadro e sugerir futuros candidatos a diretor.

Quando foi iniciada a busca pela existência do comitê de auditoria no ambiente corporativo encontrou-se diversos tipos de comitês e conselhos, com características variadas, criados para fins específicos dentro de cada organização.

A Figura 14 demonstra a identificação inicial dos tipos de comitês encontrados na análise e que motivou a busca por todos os outros comitês, conselhos e órgãos da administração – COA que são descritos pelas empresas no formulário de referência.

Figura 14 - Outros tipos de comitês



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Quanto ao COA, os itens foram capturados e não padronizados, pois se visa demonstrar a complexidade da estrutura organizacional, a quantidade, e os tipos dos comitês existentes. Tal intenção se justifica

pela amostra estar composta por empresas com maior nível de governança corporativa e, portanto, sujeitas a maior evidencição e transparência de seus atos.

A identificação do COA permite identificar quais estruturas são utilizadas para manter mecanismos de segurança, defesa e ação na transparência daquilo que é divulgado aos investidores. A pesquisa deste item também possibilita a análise das interligações com o comitê de auditoria clássico e o abrangente.

A diversidade do COA ficou evidenciada na coleta de dados já que foram encontrados 155 tipos diferentes de comitês e conselhos. E, por ser uma amostra muito extensa, não houve possibilidade de colocar toda a sua estrutura nesta análise de resultados. Por essa razão foi incluída no Anexo 1 a relação completa, permitindo a visualização do nome de todos os outros comitês, conselhos e órgãos da administração existentes nas empresas do segmento novo mercado.

Contudo, foi observado que alguns comitês e conselhos tiveram maior frequência do que outros. Essa frequência foi determinada pela quantidade de vezes que um mesmo comitê ou conselho se repetiu. Isso significa que é a quantidade de pessoas que estão presentes neste comitê ou conselho dentro de todas as empresas da amostra.

Na Figura 15 são evidenciados os comitês e conselhos que possuem maior frequência na amostra.

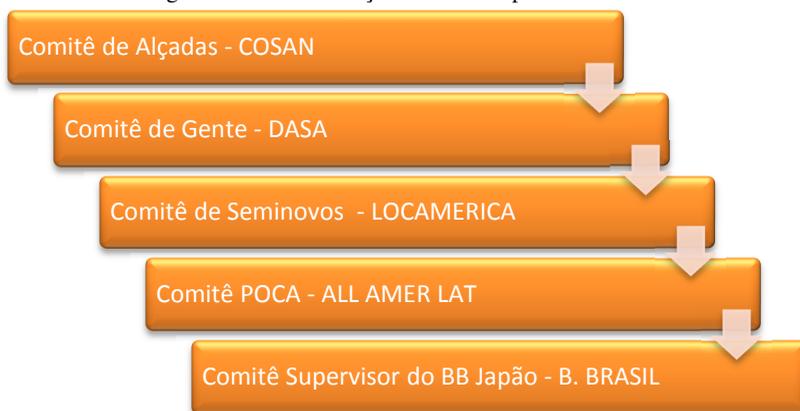
Figura 15 - Lista de comitês e conselhos com maior frequência



Segundo Kitagawa e Riberiro (2009) e Rossoni e Machado da Silva (2010), as empresas têm necessidades particulares e podem criar tantos comitês especializados quantos forem necessários para possibilitar uma boa governança. As práticas de governança se desenvolvem rapidamente e os comitês específicos têm a responsabilidade de acompanhar e conduzir essa evolução nas organizações.

Neste sentido foi observado que alguns comitês traduzem as palavras dos autores, pois de acordo com a literatura, as empresas criam diversos comitês especializados para atender as suas particularidades empresariais. Alguns possuem nomes tão peculiares que chamam atenção. Abaixo são listados alguns exemplos desses tipos de comitês.

Figura 16 - Demonstração de outros tipos de comitês



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Segundo o FR da COSAN (2014), o Comitê de Alçadas tem função de órgão colegiado da Companhia para fins de definição dos limites de atuação dos Diretores. É composto por quatro membros, quais sejam: o Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente e o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores. Os atos de valor agregado superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) deverão ser previamente aprovados pelo Comitê de Alçadas.

Já, o Comitê de Gente da DASA é um órgão não estatutário, subordinado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter consultivo e

permanente, que tem por função orientar o planejamento estratégico da gestão de pessoas, sendo suas principais atribuições à avaliação: (i) da política geral de salários e demais políticas gerais de pessoal, incluindo, mas não se limitando a quaisquer benefícios, bônus, qualquer outro componente de remuneração e participação nos resultados da Companhia; (ii) da remuneração do Conselho e Diretoria Executiva; (iii) do uso das melhores práticas de gestão de pessoas; (iv) das ações relevantes envolvendo Recursos Humanos, e (v) demais ações consideradas relevantes pelo Conselho de Administração, pelo próprio Comitê de Gente, e pela Diretoria Executiva que sejam benéficas para a Companhia (FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – DASA, 2014).

A LOCAMERICA criou o Comitê de Seminovos para auxiliar e fazer recomendações ao Conselho de Administração da Companhia principalmente em relação: à avaliação das condições do mercado; à definição de preços e estratégias de vendas dos veículos seminovos; à definição da política de venda de veículos seminovos de propriedade da Companhia; e às matérias que lhe forem submetidas pelo Conselho de Administração. Este comitê é composto por até quatro membros, acionistas ou não, e eleitos pelo Conselho de Administração.

O Comitê do POCA da ALL - América Latina Logística S.A. recebeu este nome pela abreviação da sua função. Esse comitê é responsável por todas e quaisquer questões relacionadas ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, e é composto por todos os membros titulares do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do POCA não recebem qualquer remuneração adicional pelo desempenho destas funções.

Comitê Supervisor do BB Japão é um órgão colegiado vinculado à Administração do Banco do Brasil, que atua em consonância com a orientação geral dos negócios do Banco do Brasil S.A., fixada pelo Conselho de Administração e com os requisitos previstos na legislação japonesa. Tem como finalidade supervisionar a atuação do Banco do Brasil no Japão, relativamente ao atendimento das exigências das autoridades regulatórias locais, das necessidades dos clientes, funcionários, fornecedores e comunidade, da manutenção dos valores corporativos e o cumprimento de políticas, limites, alçadas, práticas de gestão de riscos e demais atribuições definidas pelo Banco do Brasil.

Esta análise de resultado consegue demonstrar que existe uma diversidade de comitês e conselhos nas empresas e aponta que a necessidade de criar comitês específicos para suprir carências empresariais está em consonância com a lógica estabelecida pela teoria da agência de Jensen e Meckling (1976), que intensifica a necessidade de separar o controle e manejo da empresa em funções.

4.4 INTERLIGAÇÕES DOS INTEGRANTES DO COMITÊ DE AUDITORIA.

Nesta etapa o estudo propôs verificar a interligação dos integrantes do comitê de auditoria com as empresas com que se relacionam e com os outros tipos de comitês e conselhos que eles atuam. Para isso, utilizou-se a composição de duas matrizes; a primeira constitui a interligação dos integrantes com as empresas que estão diretamente relacionados, e também aponta a relação de conectividade das empresas em decorrência dessa frequência. A segunda matriz possibilitou verificar a quais outros tipos de comitês e conselhos os integrantes do comitê de auditoria estão interligados.

4.4.1 Interligação do Comitê de Auditoria com as Empresas

Diante do banco de dados de todos os integrantes do comitê de auditoria (clássico e abrangente) criou-se a matriz de conectividade com as empresas. Para essa matriz foram analisadas todas as empresas que o integrante do comitê de auditoria se relaciona, independentemente do outro comitê ser ou não o de auditoria.

Sendo assim, todos os comitês, conselhos e órgãos da administração compuseram a matriz. Para criá-la foi verificado manualmente o nome do integrante do comitê de auditoria e visualizado através do filtro do *Microsoft Excel*® em quais outras empresas também consta seu nome.

Já na criação da matriz foi identificada relação positiva das interações de integrantes do comitê de auditoria por estarem interligados em mais de uma empresa. Todavia, com a utilização do programa *UCINET* e a utilização dos grafos gerados através do *NetDraw* foi possível expor essa frequência das interligações de forma ampla e objetiva, permitindo ser demonstrada nas análises de resultado.

A Figura 17 apresenta a relação centralizada das interligações de toda a matriz, utilizando a formatação do *layout NetDraw Scaling/Ordination* informado na Tabela 9. Essa ordenação faz uma escala aritmética de possibilidades de visualizações e gera o grafo de forma circular e centralizada, repartido em nove escalas e contribuindo de forma substancial para a visualização dinâmica das interações.

Tabela 9 - Indicador do nível de interação e esforço do grafo

<i>Iteration</i>	<i>Stress</i>
1	0,426450327
2	0,419312265
3	0,418485379
4	0,418066836
5	0,417775510
6	0,417572403
7	0,417346974
8	0,417234944
9	0,417161420

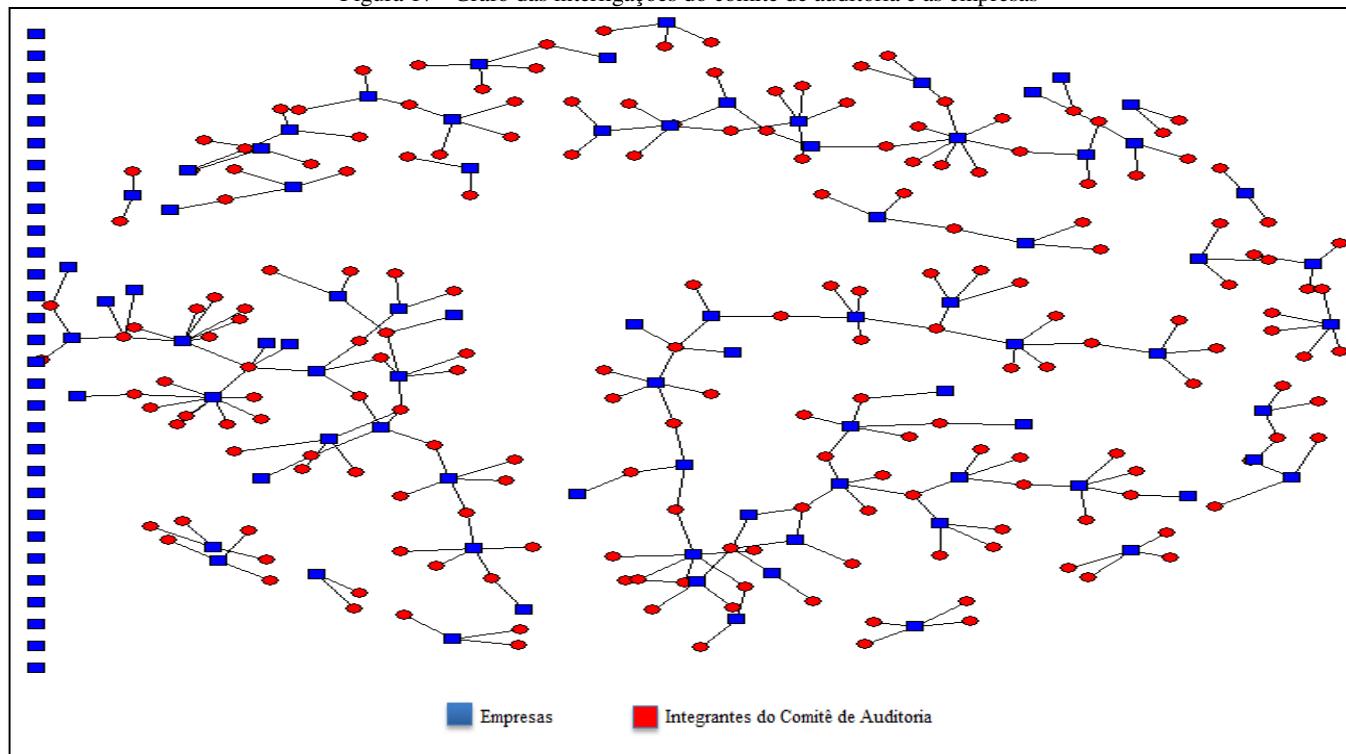
Fonte: Autor, com base em Borgatti, S.P. 2002. *NetDraw* (2014).

Neste sentido é possível confirmar que integrantes do comitê de auditoria se relacionam com mais de uma empresa. Bruynseels e Cardinaels (2014) observaram em empresas dos EUA que a nomeação dos integrantes do comitê de auditoria pode surgir através de alguma rede de contatos e que estes podem estar ligados a mais de uma empresa.

Para entendimento das interações na Figura 17 é apresentada a identificação de quantas interações houve na matriz. Os nodos azuis sem traços que estão em coluna à esquerda da figura correspondem às empresas que não tiveram interações. Os azuis com traços representam as empresas com interações. E os nodos vermelhos representam os integrantes do comitê de auditoria com interações positivas com as empresas.

A possibilidade de observar as interações do grafo pelos nodos contribui para identificar que alguns nodos vermelhos estão ligados a mais de um nodo azul, o que significa que o integrante do comitê de auditoria está vinculado a duas ou mais empresas. Para isso foram visualizadas individualmente as frequências das interações dos nodos.

Figura 17 - Grafo das interligações do comitê de auditoria e as empresas



Fonte: Dados da pesquisa (2014), com base em Borgatti, S.P. 2002. *NetDraw* (2014).

Foram identificados 4 tipos de interação, onde registradas de duas a cinco empresas ligadas aos integrantes. Na Tabela 10 são demonstrados os quatro níveis de interação e sua frequência. As empresas com apenas uma interação foram retiradas por não apresentarem relação com esta análise e para não prejudicar a geração dos grafos das demais interações.

Tabela 10 - Indicadores de interação das interligações

Interação	Frequência	Escala
2	32	0,761904762
3	6	0,142857143
4	3	0,071428571
5	1	0,023809524

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Os resultados apresentados em forma de grafo são importantes por expressarem, de modo resumido, uma razoável quantidade de nomes e números inseridos em uma matriz que revelam as interligações dos atores envolvidos no estudo. Desse modo, as interações foram representadas em grafos.

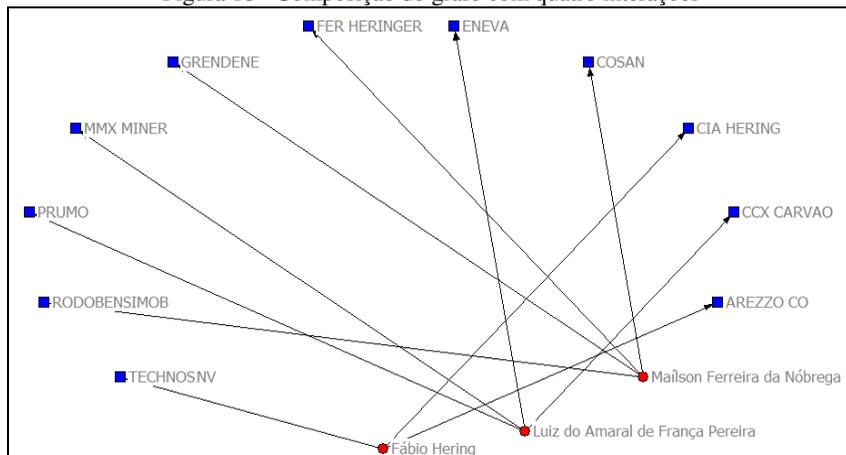
Quando o integrante do comitê de auditoria possuir 5 interações foi apresentado todo o histórico encontrado no FR. As empresas que ele atua na amostra do segmento novo mercado são: AREZZO; ETERNIT; GAFISA; TIME FOR FUN; e VALID. Contudo, na descrição de suas atividades no histórico profissional, constatou-se que ele ainda atua nas seguintes empresas: PÃO DE AÇUCAR; SULAMÉRICA; VALID; TAVEX; IDEIASNET; e BANCO INDUSVAL. Deste modo, pode-se observar que esse integrante do comitê de auditoria esta interligado a 11 empresas. No caso do integrante do comitê de auditoria que evidenciou 5 interações foi apresentado todo o histórico encontrado no FR.

Guilherme Affonso Ferreira é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP) com cursos de extensão “*Economics and Politics*” no *Macalester College* (St. Paul/EUA) e “*Beef Cattle Production*” na *James Cook University* (Townsville/Australia), possui extensa experiência em cargos de administração de companhias abertas como Unibanco Holdings, Santista Textil, Manah S.A. e Coldex Frigo. Nos últimos 5 anos, atuou como Presidente da Bahema

Participações S.A., companhia cuja principal atividade é investimento financeiro. Além disso, é membro do conselho de administração e consultivo de diversas companhias abertas como Companhia Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar), SulAmérica S.A., Eternit S.A., Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., Tavex Algodonera S.A., Arezzo Indústria e Comércio S.A., Ideiasnet S.A., Banco Indusval e Gafisa S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração (FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – TIME FOR FUN, 2014).

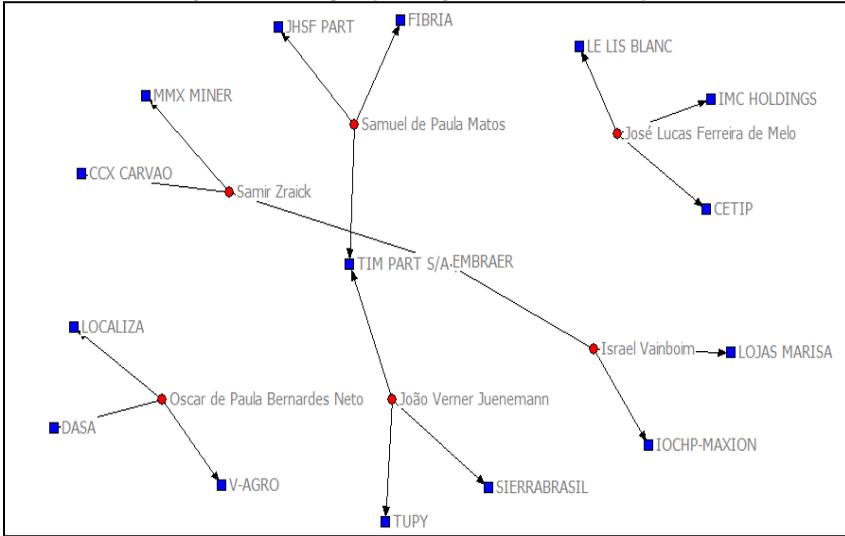
Nesta análise é possível também evidenciar uma característica peculiar de alguns integrantes do comitê de auditoria: têm como profissão atuar em comitês e conselhos de outras empresas. Foram demonstradas apenas as empresas que se relacionam dentro do segmento novo mercado, através dos grafos das Figuras 18, 19 e 20, respectivamente, os as ocorrências dos integrantes que apresentaram 4, 3 e 2 interações. Em decorrência da quantidade de pessoas que apresentaram essas interações, não foram apresentados os históricos profissionais porque a análise dos resultados implicaria em um esforço incomensurável.

Figura 18 - Composição do grafo com quatro interações



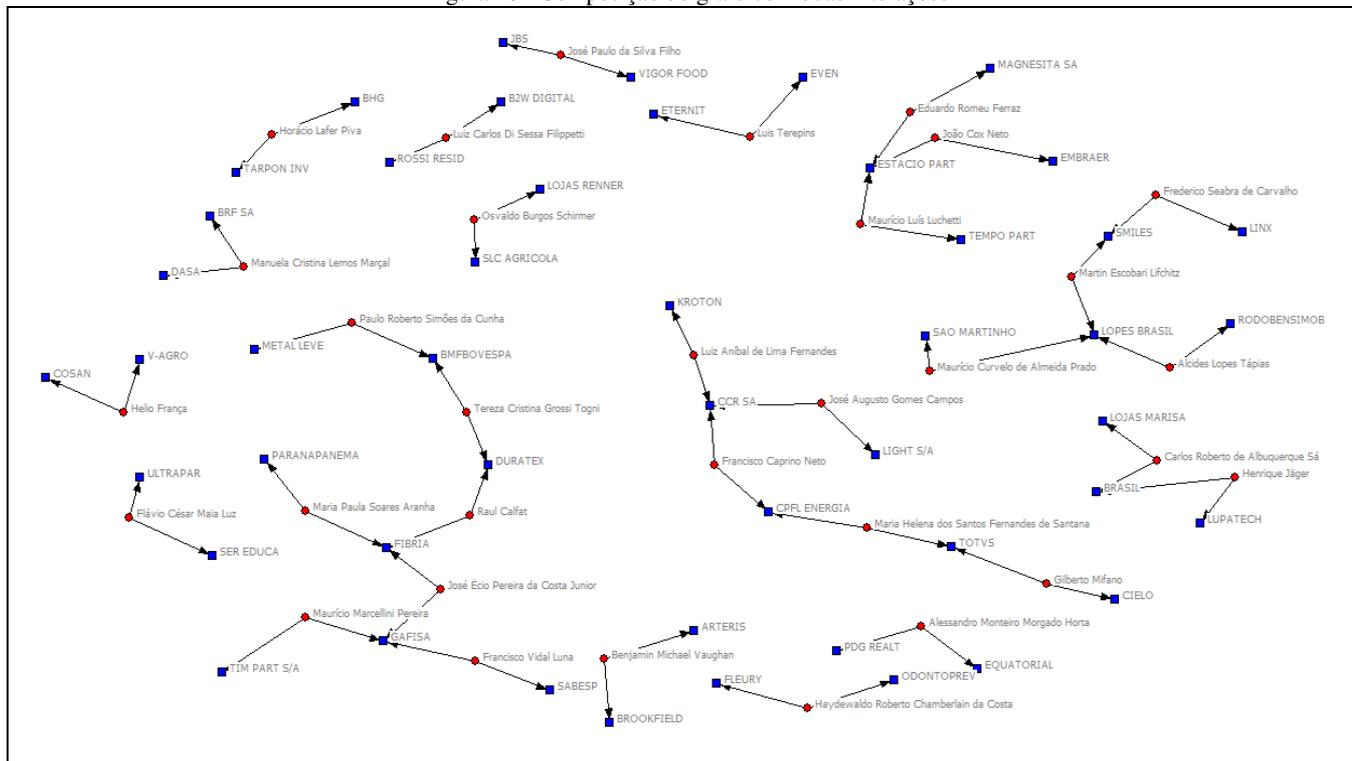
Fonte: Dados da pesquisa (2014), com base em Borgatti, S.P. 2002. NetDraw (2014).

Figura 19 - Composição do grafo com três interações



Fonte: Dados da pesquisa (2014), com base em Borgatti, S.P. 2002. NetDraw (2014).

Figura 20 - Composição do grafo com duas interações



Fonte: Dados da pesquisa (2014), com base em Borgatti, S.P. 2002. NetDraw (2014)

4.4.2 Interligação do Comitê de Auditoria com outros Comitês e Conselhos

Na análise anterior foram apresentadas as interligações da matriz relacionando os integrantes do comitê de auditoria com as empresas da amostra. Para maximizar os resultados das interligações nesta próxima matriz será identificada a relação do comitê de auditoria com outros comitês, conselhos e órgãos da administração de todas as empresas da amostra.

Para essa nova matriz foi isolada a variável dos integrantes do comitê de auditoria e verificado a outra variável que é “em quais outros comitês, conselhos e órgãos da administração eles tem interação”. Foi identificado que o comitê de auditoria tem 49 interligações entre comitês, conselhos e órgãos da administração.

Utilizou-se a matriz criada no programa *UCINET* e gerando o grafo pelo *NetDraw* foi possível expor essa frequência das interligações de forma ampla e objetiva, para que fosse demonstrada nas análises dos resultados. A Figura 21 apresenta a relação de densidade da matriz. Essa ordenação se faz com base nos atores com maior frequência; sendo demonstradas 10 das 49 na Tabela 11.

Tabela 11 - Frequência dos comitês, conselhos e órgãos da administração

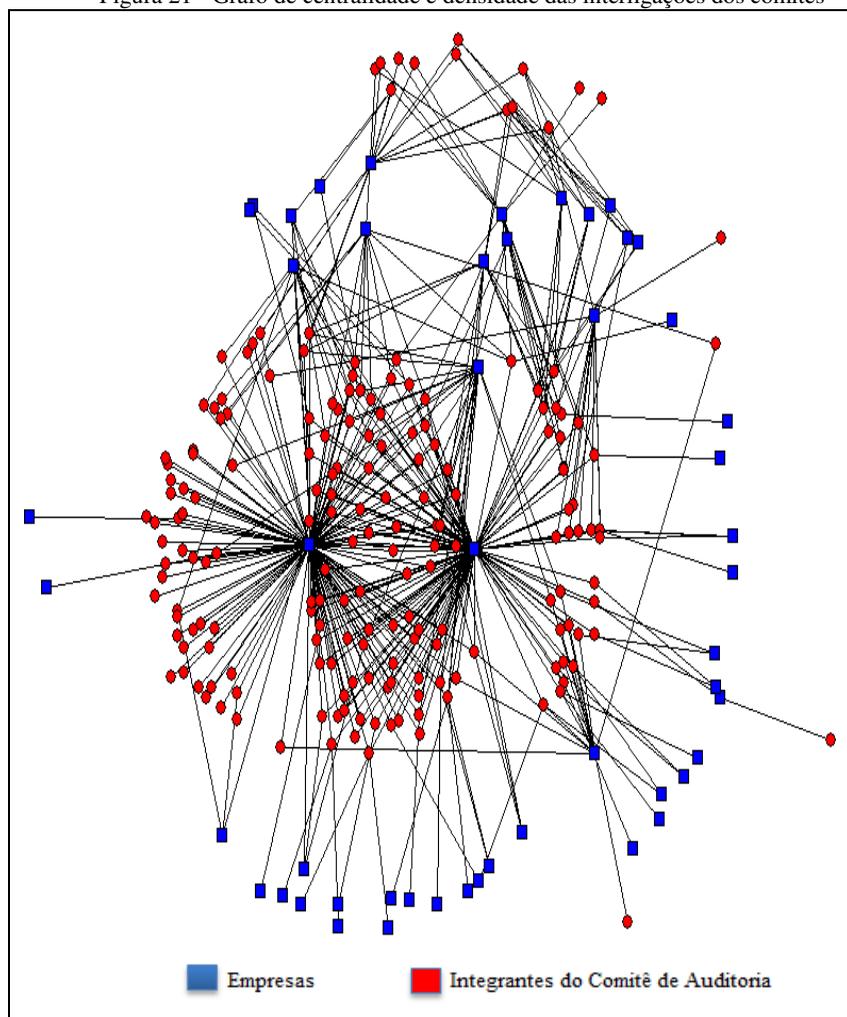
Comitê, conselhos e órgãos da administração	Frequência
Comitê de Auditoria	142
Conselho de Administração	124
Comitê Financeiro	20
Diretoria	16
Comitê de Auditoria e Risco	15
Comitê de Auditoria, Risco e Finanças	13
Comitê de Recursos Humanos	13
Conselho Fiscal	13
Comitê de Remuneração	12
Comitê de Auditoria e Finanças	12

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Os atores que apresentaram maior densidade foram os comitês de auditoria, por terem sido o objeto de pesquisa, e os conselhos de administração. Todavia, não é possível afirmar que eles tenham

correlação, apenas é apresentado que eles são os atores centrais do grafo por demonstrarem maior densidade, conforme é apresentado na Figura 21. Os nodos azuis representam a variável dos comitês, conselhos e órgãos da administração e os nodos vermelhos correspondem à variável dos integrantes do comitê de auditoria.

Figura 21 - Grafo de centralidade e densidade das interligações dos comitês



Fonte: Dados da pesquisa (2014), com base em Borgatti, S.P. 2002.

NetDraw (2014).

Para Marteleto (2001), a densidade representa um conceito que pode ser compreendido como densas redes de relações sociais, que se caracterizam por normas de confiança e reciprocidade, levando a resultados de benefício mútuo, ou seja, a média do grau de comunicação entre os membros em uma rede.

Uma das formas mais habituais de análise de redes sociais é identificar os atores com maior destaque e que estejam com maior frequência, se tornando atores “centrais” em uma rede social. Para Wasserman e Faust (1994), a centralidade pode ser vista como uma propriedade dos atores, inseridos em uma determinada rede.

A Figura 22 apresenta a relação centralizada das interligações de toda a matriz utilizando a formatação do *layout NetDraw Scaling/Ordination* informado na Tabela 12. Essa ordenação faz uma escala aritmética de possibilidades de visualizações e gera o grafo de forma circular e centralizada repartido em 10 escalas contribuindo de forma substancial para a visualização da dinâmica das interações.

Tabela 12 - Indicador do nível de interação e esforço do grafo

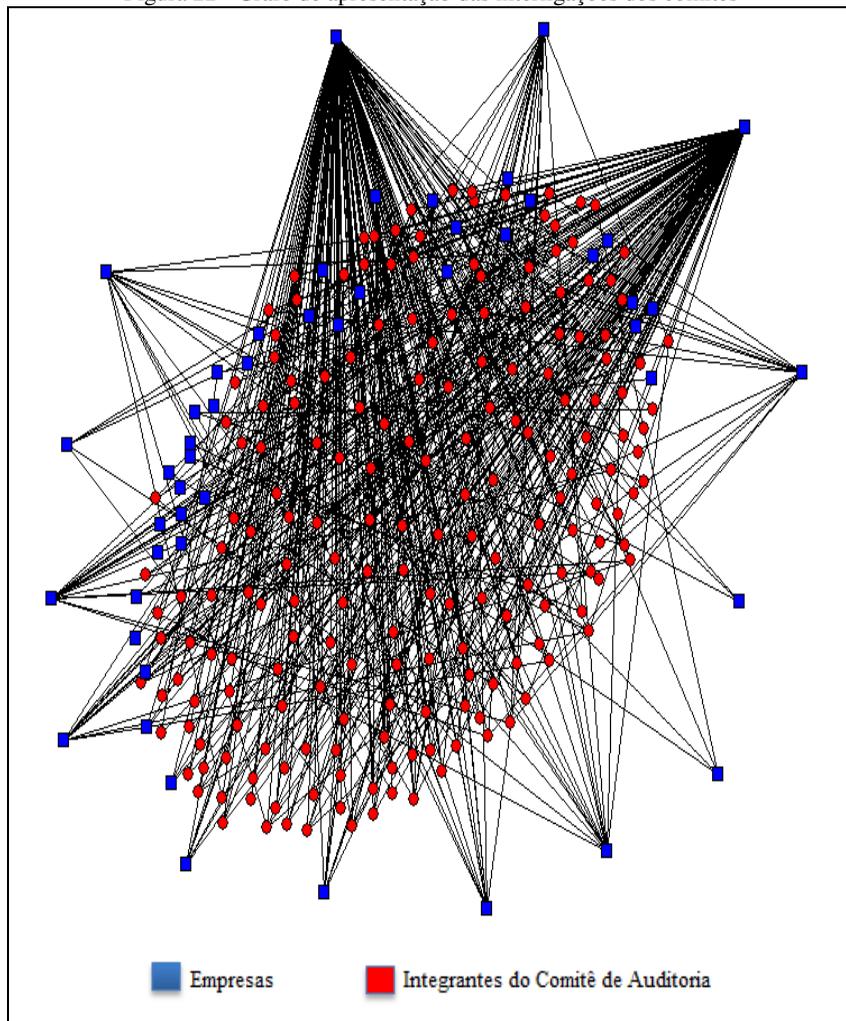
<i>Iteration</i>	<i>Stress</i>
1	0,424555772
2	0,415028610
3	0,413140441
4	0,412245155
5	0,411783127
6	0,411529325
7	0,411291387
8	0,411139035
9	0,411029963
10	0,410919302

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Também de acordo com Marteleto (2001), o grau de centralidade relaciona-se ao número de atores a quem um determinado ator está diretamente ligado. E, para Rossi *et al* (2013), a análise de redes sociais fornece uma metodologia importante para a análise dos padrões de interação que ocorrem dentro de um grupo de atores, também denominado rede.

Para isso, a teoria de análise de rede social baseia-se em vários conceitos de teoria dos grafos e teoria estrutural visando avaliar as propriedades de rede, tais como densidade, centralidade e conectividade.

Figura 22 - Grafo de apresentação das interligações dos comitês



Fonte: Dados da pesquisa (2014), com base em Borgatti, S.P. 2002.
NetDraw (2014).

Neste sentido, os resultados da composição dos grafos apontam interação positiva quando integrantes do comitê de auditoria estão presentes em outros comitês, conselhos e órgãos da administração. Contudo os grafos não apresentaram os nomes dessas interações. Elas

foram demonstradas através da utilização de métodos estatísticos da correlação e cálculo do coeficiente linear de *Pearson*.

O método de correlação também foi utilizado para mostrar se os comitês de auditoria seguem o guia de orientações para melhores práticas de comitê de auditoria do IBGC, emitido em 2009. No referido guia consta a recomendação para que o comitê de auditoria seja formado por membros do conselho da administração, e este fato foi verificado mais adiante através da análise estatística de correlação.

Apresenta-se, no Quadro 5, o cálculo do coeficiente de correlação linear de *Pearson*, relativa ao comitê de auditoria com os outros comitês, conselhos e órgãos da administração das empresas que compõem a amostra do segmento novo mercado.

Conforme demonstra o Quadro 5, foi identificada uma correlação ínfima negativa quanto aos integrantes do comitê de auditoria estarem presentes no conselho de administração. Através disso é possível afirmar que as empresas do segmento novo mercado não estão em conformidade com as orientações do guia para melhores práticas de comitê de auditoria do IBGC (2009). Apresentando uma correlação fraca positiva o Comitê de Auditoria e Risco e o órgão da administração Diretoria são os que possuem maior correlação positiva da amostra.

Quadro 5 - Cálculo do coeficiente de correlação linear de *Pearson*

Comitê, conselhos e órgãos da administração	Coefficiente linear de <i>Pearson</i>	Correlação
Comitê de Auditoria	1,0000000000	Perfeita positiva
Comitê de Auditoria e Risco	0,1286210734	Fraca positiva
Diretoria	0,1070770246	Fraca positiva
Comitê Financeiro	0,0758405447	Ínfima positiva
Comitê de Pessoas	0,0758405447	Ínfima positiva
Comitê de Gente	0,0758405447	Ínfima positiva
Comitê de Recursos Humanos e Estratégia	0,0617620757	Ínfima positiva
Comitê de Divulgação, Socioambiental e Jurídico	0,0617620757	Ínfima positiva
Comitê de Pessoas, Organização e Cultura	0,0435590947	Ínfima positiva
Comitê de Finanças e Política de Riscos	0,0435590947	Ínfima positiva
Comitê de Governança e Sustentabilidade	0,0435590947	Ínfima positiva
Comitê de Indicação de Conselheiros Independentes	0,0435590947	Ínfima positiva
Comitê de Nomeação e Governança Corporativa	0,0435590947	Ínfima positiva
Comitê de Estratégia e Negócios	0,0435590947	Ínfima positiva
Comitê de Gestão de Serviços para Câmaras	0,0435590947	Ínfima positiva
Comitê de Auditoria, Risco e Conduta	0,0435590947	Ínfima positiva
Comitê de Planejamento Estratégico	0,0435590947	Ínfima positiva
Comitê de Auditoria, Risco e Finanças	0,0435590947	Ínfima positiva
Comitê de Remuneração	0,0249851630	Ínfima positiva
Comitê de Gente e Governança Corporativa	0,0225512721	Ínfima positiva
Conselho de Administração	-0,0427189333	Ínfima negativa
Comitê de Processos de Gestão e Partes Relacionadas	-0,0534479501	Ínfima negativa
Conselho Fiscal	-0,0534479501	Ínfima negativa
Comitê Interno de Auditoria	-0,1189498355	Fraca negativa
Comitê de Auditoria, Risco e RH	-0,1189498355	Fraca negativa
Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação	-0,1189498355	Fraca negativa
Comitê de Governança	-0,1189498355	Fraca negativa
Comitê de Precificação	-0,1189498355	Fraca negativa
Comitê de Gestão Corporativa	-0,1189498355	Fraca negativa
Comitê de Novos Negócios	-0,1218973105	Fraca negativa
Comitê de Auditoria, Estratégia e Risco	-0,1686579759	Fraca negativa
Comitê de Inovação	-0,1686579759	Fraca negativa
Comitê de Governança e Estratégia	-0,1686579759	Fraca negativa
Comitê de Estratégia e Sustentabilidade	-0,2071030258	Fraca negativa
Comitê de Divulgação e Negociação	-0,2071030258	Fraca negativa
Comitê de Gestão	-0,2397704705	Fraca negativa
Comitê de Auditoria, Controladoria e Tesouraria	-0,2397704705	Fraca negativa
Comitê de Recursos Humanos	-0,2416150173	Fraca negativa
Comitê de Gestão de Pessoas	-0,3197206720	Fraca negativa
Comitê de Estratégia e Finanças	-0,3427133497	Fraca negativa
Comitê de Sustentabilidade	-0,3476585923	Fraca negativa
Diretoria e ao Conselho de Administração	-0,3760146676	Fraca negativa
Comitê de Auditoria e Finanças	-0,3963266126	Fraca negativa

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O comitê de auditoria contribui para adoção das melhores práticas de governança corporativa assegurando a supervisão, monitoramento e avaliação dos controles internos, identificação e gestão de riscos, particularmente nos procedimentos para elaboração de relatórios financeiros. Apesar de suas funções, o comitê é alvo de discussões acerca das características das pessoas que o compõem. Desta forma, o trabalho visava responder a pergunta de pesquisa sobre quais são as características e interligações do comitê de auditoria das companhias abertas do Brasil.

Para a consecução da pesquisa foram utilizadas informações constantes no formulário de referência de todas as empresas do segmento novo mercado. A partir de tal levantamento foram tabuladas todas as informações necessárias para identificação das características e interligações propostas no estudo, além da identificação de pesquisas anteriores que abordam tais características.

Para garantir a qualificação e segurança das informações o processo de captação e tratamento do banco de dados obteve um elevado dispêndio de esforço físico e quantidade de horas trabalhadas. Em decorrência da captação e tabulação das informações foram analisados 134 formulários de referência, com média de 350 páginas por formulário, dos quais 132 foram selecionados e apenas 2 foram excluídos.

Os formulários selecionados tiveram a captura integral dos itens e subitens: *i) 12.6 / 8* composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal; e *ii) 12.7* composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração, em planilha *Microsoft Excel*®.

A principal contribuição da pesquisa foi mostrar a descrição das características dos membros do comitê de auditoria e evidenciar com quais empresas e outros comitês estão interligados. O fator de limitação da pesquisa se deu pelo fato de o comitê estar presente em apenas 61 das 132 empresas analisadas, o que corresponde a 46% do total da amostra; o que corrobora com os dados encontrados por Cunha *et al* (2013).

O comitê mostrou não ser apenas de auditoria, mas também conjugado com outros tipos de comitês, se tornando abrangente. Esses casos representaram 29% de todos os comitês de auditoria encontrados. De outro modo, 4 empresas possuem mais de um comitê de auditoria,

como é o caso da Multiplus, Localiza e Arezzo com dois e a Embraer com três.

O tamanho do comitê, em média, é de 3 integrantes corroborando as pesquisas de Chiodini *et al* (2013) e Silveira e Ito (2008). Dentre os integrantes apenas 6% corresponde ao gênero feminino. A faixa etária apresenta maior frequência para pessoas acima de 56 anos. Quanto ao *ranking* da formação profissional dos integrantes, a Engenharia é a primeira, seguida da Economia, Finanças em terceiro e a Contabilidade em quarto lugar. Observou-se também que muitos profissionais possuem mais de uma formação, caso em que Administração e Contabilidade tiveram a maior frequência.

Quanto ao resultado de integrantes que possuem *expertise* o índice ficou em 85%; isto representa uma forte adesão aos princípios de governança corporativa sugeridas pelo IBGC (2009). Embora seja um percentual elevado, só foi possível evidenciar esse fato através da consulta ao histórico de experiências profissionais de cada integrante. Tal consulta revelou algumas peculiaridades, como o caso de um integrante do comitê de auditoria que tem formação profissional em história, mestrado em administração, e doutorado e pós-doutorado em contabilidade. Se a análise fosse efetuada tão somente por sua formação primária ele não entraria na amostra como tendo essa característica de *expertise*, o que prejudicaria os resultados desta pesquisa.

A quantidade de integrantes de cada comitê que possui a *expertise* mostrou-se como um fator relevante. Tanto no comitê clássico quanto no abrangente, no mínimo, a metade dos integrantes tem *expertise* financeira. O comitê clássico apresentou maior significância já que em 60% das empresas todos os integrantes tem *expertise* financeira. O comitê abrangente, por sua vez, apenas em 29% das empresas a totalidade dos integrantes possui *expertise*.

Diante disso, podemos concluir que os resultados encontrados, quanto à característica da *expertise* e as sugestões de governança corporativa emanadas pelo IBGC e CVM, foram satisfatórios e condizentes com o segmento pesquisado. Isso porque em todas as empresas que constituíram o comitê, seja clássico ou abrangente, mais da sua metade de seus membros possui conhecimento financeiro. O resultado também revelou que o comitê de auditoria clássico apresenta maior nível de conhecimento financeiro, em comparação com o comitê de auditoria abrangente.

A diversidade de outros comitês, conselhos e órgãos da administração ficou evidenciada na coleta de dados já que foram encontrados 155 tipos diferentes. Foi observado, contudo, que alguns comitês e conselhos tiveram maior frequência do que outros. Esta frequência foi determinada pela quantidade de vezes que este comitê ou conselho se repetiu na amostra. São eles: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê Financeiro, Comitê de Remuneração, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Recursos Humanos e Comitê de Ética.

Também foi observado que as empresas criam tantos comitês especializados quantos forem necessários para atender as suas particularidades empresariais. Todavia, alguns possuem nomes tão peculiares que chamam a atenção, como por exemplo: Comitê de Alçadas, Comitê de Gente, Comitê de Seminovos, Comitê POCA e Comitê Supervisor do BB Japão.

Através do mapeamento das interligações foi possível concluir que alguns integrantes do comitê de auditoria do segmento novo mercado estão ligados a mais de uma empresa. Essa interação ocorre envolvendo de duas a até cinco empresas. O integrante do comitê de auditoria que apresentou 5 interações atua nas seguintes empresas da amostra: AREZZO; ETERNIT; GAFISA; TIME FOR FUN; e VALID. Contudo, na descrição de suas atividades no histórico profissional, constatou-se que ele ainda atua nas seguintes empresas: PÃO DE AÇUCAR; SULAMÉRICA; VALID; TAVEX; IDEIASNET; e BANCO INDUSVAL. Neste sentido pode-se concluir que um integrante do comitê de auditoria esta interligado a 11 empresas.

Relativamente à interligação do integrante do comitê de auditoria com outros tipos de comitês, conselhos e órgãos da administração foi utilizado o programa *UCINET* e *NetDraw*, para criação de matrizes de dados e identificação da densidade e centralidade na geração de grafos e visualização ampla e objetiva dos dados da amostra.

Também foi usado o método estatístico da correlação através do cálculo do coeficiente linear de *Pearson*. A utilização do método de correlação objetivou mostrar se os comitês de auditoria seguem o guia de orientações para melhores práticas de comitê de auditoria do IBGC emitido em 2009, onde consta a recomendação que o comitê de auditoria seja formado por membros do conselho da administração. Dessa forma, foi constatada correlação ínfima negativa quanto aos integrantes do comitê de auditoria participarem do conselho de administração. Isso permite concluir que as empresas do segmento novo mercado não estão

em consonância com as orientações do guia de melhores práticas do comitê de auditoria do IBGC (2009) relativamente à utilização de integrantes do conselho de administração no comitê de auditoria.

Esta pesquisa está em conformidade com as conclusões de Rossi *et al* (2013) quanto a utilização de programas de redes. Um aspecto relevante verificado neste estudo refere-se à usabilidade de ferramentas como *UCINET* e *NetDraw*, que são complexas para usuários inexperientes, por não possuírem uma interface gráfica intuitiva e não apresentarem integração facilitada.

Para pesquisas futuras sugere-se que o estudo seja aplicado em outro *software* de criação de matrizes, interligações e análises estatísticas. Outros fatores relevantes são: a alteração dos segmentos para comparação entre o nível de governança corporativa; a utilização de formulários de referência de outros períodos; a utilização dos resultados das interligações para verificar se as empresas interligadas têm melhores ou piores desempenhos econômicos; se há alteração ou gerenciamento de resultados nos relatórios financeiros divulgados. Além disso, é aconselhável a revisão de literatura sobre o comitê de auditoria com o intuito de atualizar as características e a exploração de novas variáveis de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Moisés Araújo; SANTOS, Josete Florencio dos; FERREIRA, Lúcio Flávio Vieira de Medeiros; TORRES, Fernando José Vieira. Evolução da Qualidade das Práticas de Governança Corporativa: um Estudo das Empresas Brasileiras de Capital Aberto Não Listadas em Bolsa. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 5, p.907-924, 2010.

ALDAMEN, Husam; DUNCAN, Keith; KELLY, Simone; MCNAMARA, Ray; NAGEL, Stephan. Audit committee characteristics and firm performance during the global financial crisis. **Accounting and Finance**, v. 52, n. 1, p.971-1000, 2012.

ANDRADE, Lélis Pedro de; SALAZAR, German Torres; CALEGÁRIO, Cristina Lélis Leal; SILVA, Sabrina Soares. Governança Corporativa: Uma Análise da Relação do Conselho De Administração com o Valor de Mercado e Desempenho das Empresas Brasileiras. **RAM – Revista De Administração Mackenzie**, v. 10, n. 4, p.4-31, 2009.

ARCAÏ, María Rosario Babío; FERNÁNDEZ, Óscar Suárez; LOPO, Rosario Vidal. Auditoría, Comités de Auditoría Y Neutralidad en la Información Narrativa. **Revista Galega de Economía**, v. 22, n. 1, p.205-228, jun. 2013.

ARCHAMBEAULT, Deborah S.; DEZOORT, F. Todd; HERMANSON, Dana R.. Audit Committee Incentive Compensation and Accounting Restatements. **Contemporary Accounting Research**, v. 25, n. 4, p.965-992, 2008.

BARUA, Abhijit; RAMA, Dasaratha V; SHARMA, Vineeta. Audit committee characteristics and investment in internal auditing. **J. Account. Public Policy**, v. 29, n. 1, p.503-513, 2010.

BAXTER, Peter; COTTER, Julie. Audit committees and earnings quality. **Accounting And Finance**, v. 49, n. 1, p.267-290, 2009.

BARBETTA, Pedro Alberto; REIS, Marcelo Menezes; BORNIA, Antonio Cesar. **Estatística para Cursos de Engenharia e Informática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 408 p.

BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **A moderna sociedade anônima e a propriedade privada**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril, 1984. (Coleção os Economistas). Título original: The modern corporation and private property, 1932.

BOLTON, Brian. Audit committee performance: ownership vs. independence – Did SOX get it wrong? **Accounting and Finance**, v. 54, n. 1, p.83-112, 2014.

BRASIL. **Resolução 3.198, de 27/5/2004**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2004&numero=3198>>. Acesso em: 05 abril 2013.

BRUYNSEELS, Liesbeth; CARDINAELS, Eddy. The Audit Committee: Management Watchdog or Personal Friend of the CEO? **The Accounting Review**, v. 89, n. 1, p.113-145, 2014.

CARCELLO, Joseph V.; NEAL, Terry L.; PALMROSE, Zoe-vonna; SCHOLZ, Susan. CEO Involvement in Selecting Board Members, Audit Committee Effectiveness, and Restatements. **Contemporary Accounting Research**, v. 28, n. 2, p.396-430, 2011.

CHEN, Ken Y.; ZHOU, Jian. Audit Committee, Board Characteristics, and Auditor Switch Decisions by Andersen's Clients. **Contemporary Accounting Research**, v. 24, n. 4, p.1085-1117, dez. 2007.

CHIODINI, Diogo Marcos; SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, Jose Alonso; DUCATI, Erves. Adequação das Companhias que atuam no Brasil à Governança Corporativa: O Comitê de Auditoria. **R. Cont. UFBA**, Salvador-Ba, v. 7, n.1, p. 21-35, maio-agosto 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Cartilha das Melhores Práticas de Governança Corporativa - 2002**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 04 maio 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 14 dezembro 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 14 dezembro 2013.

CUNHA, Paulo Roberto da; SANT'ANA, Sueli Viviani; THEIS, Maíke Bauler; KRESPI, Nayane Thais. Características do Comitê De Auditoria e os Reflexos no Gerenciamento de Resultados nas Empresas Listadas na BM&FBovespa;. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.2-19, 2013.

DEFOND, Mark L., HANN, Rebecca N., HU, Xuesong. Does the market value financial *expertise* on audit committees of boards of directors? **Journal of Accounting Research**, v. 43, n. 2, p. 153-193. 2005.

DELOITTE. **Guia prático para os Comitês de Auditoria das empresas brasileiras - Da visão à operação**. 2007. Disponível em: <<http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2007/GuiaGovernancaCorporativa.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

EMINET, Aurélien; GUEDRI, Zied. The Role of Nominating Committees and Director Reputation in Shaping the Labor Market for Directors: An Empirical Assessment. **Corporate Governance: An International Review**, v. 18, n. 6, p. 557-574, 2010.

ENGEL, Ellen; HAYES, Rachel M.; WANG, Xue. Audit committee compensation and the demand for monitoring of the financial reporting process. **Journal Of Accounting And Economics**, v. 49, n. 1, p.135-154, 2010.

ERKENS, David H.; BONNER, Sarah E.. The Role of Firm Status in Appointments of Accounting Financial Experts to Audit Committees. **The Accounting Review**, United States, v. 88, n. 1, p.107-136, 2013.

ERNST & YOUNG TERCO. **Governança Corporativa O papel do Comitê de Auditoria**. 2012. Disponível em:

<[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Governanca_corporativa/\\$FILE/Governanca_corporativa.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Governanca_corporativa/$FILE/Governanca_corporativa.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2013.

FALCÃO, Marina. **Embraer forma comitê de auditoria nos moldes da CVM: Valor Econômico**. 2012. Disponível em:

<<http://www.valor.com.br/empresas/1183034/embraer-forma-comite-de-auditoria-nos-moldes-da-cvm>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

FLIGSTEIN, Neil; FREELAND, Robert. Theoretical and comparative perspectives on corporate organization. **Annual Review Of Sociology**, ., n. , p.21-43, 1995.

FREEMAN, Linton C.. Centrality in Social Networks: Conceptual Clarification. **Social Networks**, v. 1, n. 3, p.215-239, 1979.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL, Amarolinda Zanela; MOSCAROLA, Jean. O método de pesquisa *survey*. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, p.105-112, 2000.

FURUTA, Fernanda; SANTOS, Ariovaldo Dos. Comitê de Auditoria versus Conselho Fiscal Adaptado: a visão dos analistas de mercado e dos executivos das empresas que possuem ADRs. **Revista Contabilidade & Finanças, USP**, São Paulo, v. 21, n. 53, p. .-, 2010.

GENDRON, Yves; BÉDARD, Jean. On the constitution of audit committee effectiveness. **Accounting, Organizations And Society**, v. 31, n. 1, p.211-239, dez. 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOH, Beng Wee. Audit Committees, Boards of Directors, and Remediation of Material Weaknesses in Internal Control. **Contemporary Accounting Research**, v. 26, n. 2, p.549-579, dez. 2009.

GUZZO, Eder José; ROSA, Carolina Aguiar da; ALBERTON, Luiz; BORBA, José Alonso. Disclosure dos Fatores de Risco de Mercado – FRM: uma análise das maiores companhias abertas do Brasil. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, v. 14, n. 10, p.247-273, dez. 2013.

HORTON, Joanne; MILLO, Yuval; SERAFEIM, George. Resources or Power? Implications of Social Networks on Compensation and Firm Performance. **Journal Of Business Finance & Accounting**, Malden, USA, p. 399-426. maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa - 2010**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 04 maio 2013.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H.. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal Of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360. out. 1976.

KENT, Pamela; ROUTLEDGE, James; STEWART, Jenny. Innate and Discretionary Accruals Quality and Corporate Governance. **Accounting and Finance**, v. 50, p. 171-195, 2010.

KEUNE, Marsha B.; JOHNSTONE, Karla M.. Materiality Judgments and the Resolution of Detected Misstatements: The Role of Managers, Auditors, and Audit Committees. **The Accounting Review**, v. 87, n. 5, p.1641-1677, 2012.

KLEIN, April. Firm Performance and Board Committee Structure. **Journal Of Law And Economics**, v. 41, n. 1, p.275-303, 1998.

KLEIN, April. Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. **Journal Of Accounting And Economics**, New York, p. 375-400. fev. 2002.

KITAGAWA, Carlos Henrique; RIBEIRO, Maísa de Souza. Governança corporativa na América Latina: a relevância dos princípios da OCDE na integridade dos conselhos e autonomia dos conselheiros. **Revista Contabilidade & Finanças, USP**, São Paulo, v. 20, n. 51, p.61-76, 2009.

KPMG. **2º Estudo Sobre as Melhores Práticas de Governança Corporativa no Brasil e nos Estados Unidos**. 2007. Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/advisory/ras/iarcs/KPMG_Estudo_20F_2007_Final.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

KRISHNAN, Jayanthi; WEN, Yuan; ZHAO, Wanli. Legal *Expertise* on Corporate Audit Committees and Financial Reporting Quality. **The Accounting Review**, v. 86, n. 6, p.209-2130, dez. 2011.

KRISHNAN, Gopal V.; VISVANATHAN, Gnanakumar. Does the SOX Definition of an Accounting Expert Matter? The Association between Audit Committee Directors' Accounting *Expertise* and Accounting Conservatism. **Contemporary Accounting Research**, v. 25, n. 3, p.827-857, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Editora Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAZZARINI, Sérgio G. Empresas em rede. São Paulo: **Cengage Learning**, 2008.

LIAO, Chih-hsien; HSU, Audrey Wen-hsin. Common Membership and Effective Corporate Governance: Evidence from Audit and Compensation Committees. **Corporate Governance: An International Review**, v. 21, n. 1, p.79-92, 2013.

LIPNAK, Jessica; STAMP, Jeffrey. **Networks, redes de conexão**: pessoas conectando-se com pessoas. São Paulo: Aquarela, 1992.

LIU, M.H. Carol; TIRAS, Samuel L.; ZHUANG, Zili. Audit committee accounting *expertise*, expectations management, and nonnegative earnings surprises. **J. Account. Public Policy**, v. 33, p. 145-166, 2014.

LÓPEZ, Estibaliz Biedma; BARBADILLO, Emiliano Ruiz; AGUILAR, Nieves Gomez. ¿Cómo Actúan las Empresas Frente a la Dependencia Económica del Auditor?: El Papel Del Comité de Auditoría. **Revista de Contabilidad-spanish Accounting Review**, v. 14, n. 1, p.87-119, 2011.

LOUWERS, Timothy J. et al. **Auditing & Assurance Services**. New York: The Mcgraw-hill Companies, 2008.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança Corporativa: Nível De Evidenciação. **Revista de Contabilidade e Finanças: (USP)**, São Paulo, n. , p.65-79, set. 2006.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p.71-81, abr. 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo, Atlas, 2007.

MENDES DA SILVA, Wesley; ROSSONI, Luciano; MARTIN, Diógenes Leiva; MARTELANC, Roy. A Influência das Redes de Relações Corporativas no Desempenho das Empresas do Novo Mercado da BOVESPA. **Revista Brasileira de Finanças**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p.337-358, 2008. ISSN 1679-0731.

NAIKER, Vic; SHARMA, Divesh S.; SHARMA, Vineeta D.. Do Former Audit Firm Partners on Audit Committees Procure Greater Nonaudit Services from the Auditor? **The Accounting Review**, v. 88, n. 1, p.297-326, dez. 2013.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SEGRETI, João Bosco; COSTA, Catarina de Araújo. Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emitentes de American Depositary Receipts – ADRs. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.41-65, mar. 2009.

PISTOR, Katharina; RAISER, Martin; GELFER, Stanislaw. Law and finance in transition economies. **Economics Of Transition**, v. 8, n. 2, p.325-368, 2000.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Comitês de Auditoria no Brasil Melhores Práticas de Governança Corporativa - O Desafio Continua**. 2007. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/assets/melhores-praticas-07.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

RAINSBURY, Elizabeth A.; MALTHUS, Sue; CAPPER, Patsie Anne. The Existence and Composition of Audit Committees in the New Zealand Public Sector. **Australian Accounting Review**, v. 22, n. 60, p.103-113, 2012.

ROCHA, Irani; PEREIRA, Alexandre Matos; BEZERRA, Francisco Antônio; NASCIMENTO, Sabrina de. Análise da Produção Científica sobre Teoria da Agência e Assimetria da Informação. **REGE Revista de Gestão**. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 327-340, abr./jun. 2012.

ROSSI, Ana Claudia; FEDOCE, Rosângela Spagnol; PACHECO, Beatriz de Almeida; SOUZA-CONCILIO, Ilana de. Análise de Rede Social no Processo de Ensino e Aprendizagem de um Jogo Educativo: Jogo de Fração. **LACLO**, v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://laclo.org/papers/index.php/laclo/article/view/143>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

ROSSONI, Luciano; GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo. Cooperação interinstitucional no campo da pesquisa em estratégia. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 4, p.74-88, 2007.

ROSSONI, Luciano; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.. Institucionalismo Organizacional e Práticas de Governança Corporativa. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, n. , p.173-198, 2010. Edição Especial.

RIBAS, Cláudia S. da Cunha; ZIVIANI, Paula. Redes de informação: novas relações sociais. **Revista de Economía Política de Las Tecnologías de La Información Y Comunicación**: Eptic, Espanha, v.

10, n. 1, p.-, abr. 2008. Disponível em:
<http://www.eptic.com.br/eptic_es/index.php>. Acesso em: 10 jun. 2012.

SALAZAR, German Torres; ANDRADE, Lélis Pedro; CALEGÁRIO, Cristina Lélis Leal; SILVA, Sabrina Soares. Governança Corporativa: Uma análise da relação do conselho de administração com o valor de mercado e desempenho das empresas brasileiras. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 10, n. 4, p.4-31, 2009. ISSN 1678-6971.

SANTOS, Rafael Liza; SILVEIRA, Alexandre di Miceli da. Board Interlocking no Brasil: A Participação de Conselheiros em Múltiplas Companhias e seu Efeito sobre o Valor das Empresas. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 5, n. 2, p.125-163, 2007.

SARENS, Gerrit; BEELDE, Ignace de; EVERAERT, Patricia. Internal audit: A comfort provider to the audit committee. **The British Accounting Review**, v. 41, n. 1, p.90-106, 2009.

SCHÖNDUBE-PIRCHEGGER, Barbara; SCHÖNDUBE, Jens Robert. Reputation concerns and herd behavior of audit committees – A corporate governance problem. **J. Account. Public Policy**, v. 30, n. 1, p.327-347, 2011.

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. **Final Rule: Audit Committee Disclosure**. EUA. 1999. Disponível em: <www.sec.gov/rules/final/34-42266.htm>. Acesso em: 17 ago. 2013.

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. **Final Rule: Disclosure Required by Sections 406 and 407 of the Sarbanes-Oxley Act of 2002**. EUA. 2003. Disponível em: <www.sec.gov/rules/final/33-8177.htm>. Acesso em: 17 ago. 2013.

SHIVDASANI, Anil; YERMACK, David. CEO Involvement in the Selection of New Board Members: An Empirical Analysis. **The Journal Of Finance**, v. 54, n. 5, p.1829-1853, 1999.

SILVA, Karina Lima da; OLIVEIRA, Marcelle Colares; MENDES DE, Marcia Martins; ARAÚJO, Osório Cavalcante. A Implementação dos Controles Internos e do Comitê de Auditoria Segundo a Lei SOX: o Caso Petrobras. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p.39-63, 2009.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; ITO, Sidney. **A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais**: Um panorama atual das corporações brasileiras na Bovespa e nas Bolsas norte-americanas. [São Paulo]: 2008. Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/kpmg_estudo_20f_2008_final.pdf>. Acesso em: 05 jun 2014.

SINGHVI, Meghna; RAGHUNANDAN, K.; MISHRA, Suchismita. Market reactions to appointment of audit committee directors post-SOX: A note. **Journal Of Accounting And Public Policy**, United States, v. 32, n. , p.84-89, 2013.

SINGHVI, Meghna; RAMA, Dasaratha V.; BARUA, Abhijit. Market Reactions to Departures of Audit Committee Directors. **Accounting Horizons**, v. 27, n. 1, p.113-128, 2013.

STEVENSON, William B.; RADIN, Robert F.. Social Capital and Social Influence on the Board of Directors. **Journal Of Management Studies**, Malden, USA, p. .-. jan. 2009.

THIRUVADI, Sheela; HUANG, Hua-wei. Audit committee gender differences and earnings management. **An International Journal**, ., v. 26, n. 7, p.483-498, 2011.

TIM PARTICIPAÇÕES. **Proposta da Administração para a Reforma Do Estatuto Social da Tim Participações S.A.** 2013. Disponível em: <<http://ri.tim.com.br/Download.aspx?Arquivo=1sv4FA1dzsUEGYdvQAvw/w==.>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social Network Analysis**: Methods and Applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

YANG, J., KRISHNAN, J. Audit Committees and Quarterly Earnings Management. **International Journal of Auditing**, v. 9, n. 3, p. 201-219. 2005.

APÊNDICE I

Nome de todos os comitês, conselhos e órgãos da administração encontrados na amostra	Frequência
Comitê Acadêmico	4
Comitê Acadêmico (Educativo)	2
Comitê Acadêmico e Institucional	4
Comitê Administrativo Operacional	4
Comitê Assessoramento de Gente e Governança	4
Comitê Assessoramento Estratégico e Financeiro	4
Comitê de Administrativo Operacional	1
Comitê de Alçadas	4
Comitê de Assessoramento para o Setor da Intermediação	6
Comitê de Assuntos Regulatórios	4
Comitê de Auditoria	148
Comitê de Auditoria e Finanças	12
Comitê de Auditoria e Risco	16
Comitê de Auditoria, Controladoria e Tesouraria	8
Comitê de Auditoria, Estratégia e Risco	1
Comitê de Auditoria, Ética, Finanças e Gestão de Pessoas	1
Comitê de Auditoria, Risco e Conduta	4
Comitê de Auditoria, Risco e Finanças	13
Comitê de Auditoria, Risco e RH	2
Comitê de Comitê de Divulgação de Informações Relevantes	3
Comitê de Compliance e de Risco	1
Comitê de Compliance e Risco	2
Comitê de Comunicação	11
Comitê de Controle e Riscos	1
Comitê de Controles e Riscos	1
Comitê de Controles e Riscos e Comitê de Remuneração	1
Comitê de Crédito e Cobrança	6
Comitê de Custos	4
Comitê de Desenvolvimento Imobiliário	5
Comitê de Divulgação	7
Comitê de Divulgação e Negociação	6
Comitê de Divulgação, Responsabilidade Socioambiental e Jurídico	9

Comitê de Eficiência Operacional	4
Comitê de Engenharia	4
Comitê de Estratégia	11
Comitê de Estratégia e Desempenho Empresaria	1
Comitê de Estratégia e Desempenho Empresarial	12
Comitê de Estratégia e Finanças	7
Comitê de Estratégia e Mercados	2
Comitê de Estratégia e Negócios	3
Comitê de Estratégia e Sustentabilidade	4
Comitê de Estratégia, Inovação Tecnológica e Novos Negócios	2
Comitê de Estratégica, Inovação Tecnológica e Novos Negócios	1
Comitê de Ética	24
Comitê de Ética e Gestão de Pessoas	2
Comitê de Expansão	3
Comitê de Finanças e Política de Riscos	1
Comitê de Finanças e Política e Riscos	2
Comitê de Gente	8
Comitê de Gente e Governança Corporativa	5
Comitê de Gestão	11
Comitê de Gestão Corporativa	4
Comitê de Gestão de Ativos e Passivos e Liquidez	3
Comitê de Gestão de Pessoas	23
Comitê de Gestão de Pessoas (não estatutário)	4
Comitê de Gestão de Pessoas e Governança	1
Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa	3
Comitê de Gestão de Pessoas e de Governança	1
Comitê de Gestão de Riscos	3
Comitê de Gestão de Serviços para Câmaras	3
Comitê de Gestão para Serviços para Câmaras	1
Comitê de Governança e Sustentabilidade	1
Comitê de Governança	4
Comitê de Governança Corporativa	13
Comitê de Governança Corporativa e Recursos Humanos	3
Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas	1
Comitê de Governança de Entidades Ligadas	5
Comitê de Governança e Estratégia	4

Comitê de Governança e Ética	3
Comitê de Governança e Indicação	3
Comitê de Governança e Sustentabilidade	5
Comitê de Hedge	3
Comitê de Incorporação	2
Comitê de Indicação de Conselheiros Independentes	4
Comitê de Inovação	6
Comitê de Inovação e Marketing	8
Comitê de Investimento	6
Comite de Investimentos, Finanças e Riscos	1
Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos	2
Comitê de Lançamentos	5
Comitê de Limite de Crédito	1
Comitê de Marketing e Relacionamento	1
Comitê de Negócio	1
Comitê de Negócios	22
Comitê de Nomeação	3
Comitê de Nomeação e Governança Corporativa	3
Comitê de Novos Negócios	4
Comitê de Operações	5
Comitê de Partes Relacionadas	2
Comitê de Pessoas	16
Comitê de Pessoas & Desenvolvimento Organizacional	1
Comitê de Pessoas e Comitê de Finanças	1
Comitê de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional	4
Comitê de Pessoas e Governança	3
Comitê de Pessoas e Remuneração	3
Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação	5
Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação	1
Comitê de Pessoas, Organização e Cultura	2
Comitê de Planejamento Estratégico	12
Comitê de Política de Divulgação da Companhia	2
Comitê de Política de Divulgação da Companhia	3
Comitê de Precificação	4
Comitê de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais e Segurança da Informação	10

Comitê de Processos de Gestão	2
Comitê de Processos de Gestão, Comitê de Gestão de Pessoas e de Partes Relacionadas	1
Comitê de Recurso Humanos	1
Comitê de Recursos Humanos	31
Comitê de Recursos Humanos e Comitê de Estratégia	1
Comitê de Recursos Humanos e Comitê de Estratégia	1
Comitê de Relacionamento com o Cliente	3
Comitê de Remuneração	63
Comitê de Remuneração e Comitê de Ética	1
Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	1
Comitê de Remuneração, Nomeação e Desenvolvimento Organizacional	2
Comitê de Responsabilidade Social	2
Comitê de Risco	19
Comitê de Risco Global	6
Comitê de Riscos	1
Comitê de Seminovos	3
Comitê de Seminovos e Comitê de Pessoas	1
Comitê de Stock Option	9
Comitê de Sucessão	3
Comitê de Sustentabilidade	39
Comitê de Tecnologia da Informação	4
Comitê de Terrenos	5
Comite do POCA	1
Comitê do POCA	2
Comitê e Pessoas e Remuneração	1
Comitê Estratégico	22
Comitê Executivo	11
Comitê Executivo de Finanças	1
Comitê Executivo de Ética	5
Comitê Executivo de Finanças	3
Comitê Executivo de Investimentos	5
Comitê Financeiro	71
Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos	6
Comitê Financeiro e de Recursos Humanos	2
Comitê Gestor do Plano de Opção de Ações	3
Comitê Governança Corporativa	1
Comitê Internacional	7

Comitê Interno de Auditoria	2
Comitê operacional	3
Comitê Operacional e Comitê Financeiro	2
Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas	3
Comitê POCA	9
Comitê POCA e do Comitê de Gente e Gestão	3
Comitê Superior Disciplinar	3
Comitê Superior para Ética	3
Comitê Supervisor do BB Japão	4
Comitê Técnico de Risco de Mercado	8
Comitê Tributário	2
Conselho Fiscal	511
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	76
Pertence apenas à Diretoria	654
Pertence apenas ao Conselho de Administração	1073